

Ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, realizada no dia trinta de dezembro de dois mil e dezasseis.

Aos trinta dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezasseis, pelas catorze horas e quarenta e cinco minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital, sob a presidência do Sr. Dr. António José Rodrigues Gonçalves.

Aberta a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, cumprimentou todos os presentes e fez a seguinte intervenção:

“Vamos dar início aos trabalhos e fazer a chamada dos Membros da Assembleia Municipal.”

De seguida o Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, efetuou a chamada dos membros deste órgão tendo-se verificado que não estava presente o Sr. António dos Santos Lopes que apresentou justificação.

Igualmente a Sra. Dra. Maria Luísa Pinto Soares Vales não estava presente e apresentou justificação e solicitou substituição. Após contacto com o representante dos Deputados eleitos pela lista do PSD não foi possível efetuar a solicitada substituição.

O Sr. Eng.º Carlos Augusto Inácio da Fonseca não estava presente e apresentou justificação e solicitou substituição, tendo sido substituído pelo Sr. Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo.

O Sr. Nuno Jorge Brito da Cunha Caetano também esteve ausente e igualmente solicitou justificação e solicitou substituição. Após contacto com o representante dos Deputados eleitos pela lista do PSD não foi possível efetuar a solicitada substituição.

O Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. José António Gomes Guilherme, não esteve presente e foi substituído pelo Secretário da Junta da União de Freguesias de Lagos da Beira e Lageosa, Sr. Paulo Sérgio Campos de Brito.

O Sr. Presidente da Junta da União das Freguesias de Oliveira do Hospital e São Paio de Gramaços não esteve presente.

A Mesa da Assembleia Municipal considerou justificadas as faltas dos Membros da Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 6º do Regimento da Assembleia Municipal.

Encontravam-se também presentes nesta sessão da Assembleia Municipal o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. José Carlos Alexandrino Mendes e os Srs. Vereadores, Dr. José Francisco Tavares Rolo, Dra. Maria da Graça Madeira de Brito da Silva, Eng.º João Filipe Rodrigues de Brito, Dr. Nuno Jorge Perestrelo Ribeiro, e Eng.ª Teresa Maria Mendes Dias.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Declaro aberta a sessão.

Começo por cumprimentar todos os presentes, nomeadamente os Srs. Membros da Assembleia Municipal, Srs. Presidentes de Junta, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, os elementos do público e os representantes da Comunicação Social, para todos os meus votos de que as Boas Festas continuem durante o ano de dois mil e dezassete e que não sejam só neste curto período de três ou quatro dias.

Antes de passarmos à votação da ata da sessão anterior quero referir, sobre esta questão das faltas, que nos fossem dados os contactos dos Membros suplentes do PSD porque, como sabem, os únicos elementos que temos são os documentos que nos são fornecidos pelo Tribunal e não temos os contactos pessoais. Tentámos substituir nomeadamente o Dr. Nuno Caetano e a Dra. Luísa Vales e não conseguimos. Foi-nos remetido um *mail*, estou apenas a constatar e não estou a fazer nenhum juízo de valor, cujo segundo parágrafo diz o seguinte: “*Como lhe referi anteriormente, não tenho o contacto do Sr. Feiteira ou de outras pessoas que constam na lista do PSD pelo que estou impossibilitado de os contactar. Suponho que, como soube anteriormente, o PSD Concelhio se preocupe com o assunto e tentem providenciar as substituições.*” Estou a constatar um facto e não estou a fazer nenhum juízo de valor. Este *mail* foi-nos enviado, o que quer dizer que não tivemos condições para convocar os substitutos dos elementos do PSD que não puderam vir. Contudo, serão justificadas as faltas.

Vamos passar à votação da ata da sessão anterior e eu pergunto se há alguma proposta de alteração ao teor da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezasseis de setembro de dois mil e dezasseis?”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Tenho aqui uma pequena alteração pouco significativa mas gostaria que fosse incluída na ata: No antepenúltimo parágrafo, na página dezassete, onde refiro Deputados Municipais o que queria dizer é Deputados Municipais do PS.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Também, só para que fique gravado, na página vinte e seis, quando diz no dia três de agosto, peço para se fazer a correção para o dia treze de agosto.

Depois destas alterações passávamos à votação da ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezasseis de setembro de dois mil e dezasseis.”

Efetuada a votação, a ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de dezasseis de setembro de dois mil e dezasseis, foi aprovada por unanimidade.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de prosseguir a sessão temos um pedido da Câmara Municipal para incluir mais um Ponto na Ordem do Dia e que será o décimo terceiro.

Em síntese leria apenas a parte que interessa, o objeto ou a súmula do que se trata: *“Proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que do mesmo (quadro de pessoal) passe a constar que: “1 - O estatuto remuneratório do chefe de equipa multidisciplinar é definido por equiparação ao do cargo de chefe de divisão, no valor atual de € 2.613,84 acrescido das despesas de representação no valor atual de € 184,80.”*

Proponho que seja admitida a introdução de mais um Ponto, que como sabem tem que ser aprovada por mais de dois terços dos Membros da Assembleia, e esse Ponto será o Ponto XIII. Peço também para que a documentação de suporte a este Ponto seja distribuída.”

Efetuada a votação, a inclusão do Ponto XIII na Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade.

Da presente Sessão da Assembleia Municipal, faz parte a seguinte Ordem do Dia:

I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

II - Apreciação e votação, nos termos da alínea p), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital e a EDP Distribuição - Energia, S.A.

III - Apreciação e votação da proposta de minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

IV - Apreciação e votação, da proposta de 1ª Alteração por adaptação à 1ª revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

V - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2017, em 5%.

VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2016/2019 e 2ª Revisão ao Orçamento para o ano 2016.

VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios para o ano de 2017, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), n.º 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), para o ano de 2017.

IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do n.º 2, do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por António Manuel Garcia Simões, na Regularização da

Atividade Pecuária, no âmbito da aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei n.º 165/2014, de 5 de novembro.

X - Apreciação e votação da proposta de emissão de parecer favorável relativo à criação de um novo sistema multimunicipal por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face às despesas da realização da 14ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros).

XII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2017/2020 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2017, e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2017 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e do nº 4, do artigo 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de orçamento.

XIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3º grau.

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Como é hábito vou fazer uma referência breve aos acontecimentos mais importantes desde a última Assembleia de dezasseis de setembro até hoje.

Em primeiro lugar quero referir o dia sete de outubro: O município assinalou devidamente o dia do feriado municipal, como é hábito, com o agradecimento das individualidades que foram aqui aprovadas.

Também o Município conquistou o galardão ECOXXI 2016, atribuído pela Associação Bandeira Azul da Europa, devido às boas práticas de desenvolvimento sustentável, através das várias medidas, ações e políticas, promovidas pelo Município e que foram avaliadas por um júri constituído por dezenas de entidades qualificadas para o efeito.

Em minha opinião, e penso que de todos, o Executivo está de parabéns por ter preenchido um conjunto significativo de requisitos que estiveram na base da atribuição deste Galardão.

O Município foi mais uma vez distinguido, como uma Autarquia Mais Familiarmente Responsável em dois mil e dezasseis, pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis.

A Praia Fluvial de Avô foi classificada pelo Instituto Nacional para a Reabilitação como “Praia + Acessível 2016” em Portugal. A Praia Fluvial de Avô, como sabem, é uma praia de referência nacional devido à qualidade da oferta dos serviços e bem-estar que proporciona às pessoas com mobilidade reduzida. De relevar ainda que a praia foi destruída no inverno anterior e foi reconstruída pela Câmara Municipal, em tempo Record, e acabou por ganhar este Galardão. De acrescentar, ainda, que das praias do interior, a Praia Fluvial de Avô, foi a que ficou classificada em primeiro lugar.

Dizer também que, nos dias dezoito e vinte de novembro, Oliveira do Hospital recebeu o décimo primeiro encontro das Associações Juvenis do Distrito de Coimbra. Este encontro foi organizado em parceria com a Câmara Municipal e com a participação de mais de cem jovens. Este encontro teve a presença do Sr. Secretário de Estado da Juventude e Desporto e da Sra. Secretária de Estado Adjunta da Modernização Administrativa.

No plano dos eventos referir que se realizaram: A Festa das Vindimas em Lagares da Beira; O sétimo Festival das Sopas em Santa Ovaia, no dia dezassete de setembro; A décima quinta edição da Festa da Castanha no santuário da Nossa Senhora das Preces, Freguesia de Aldeia das Dez; A décima quarta edição da Feira do Porco e do Enchido em Meruge. Todos estes eventos com enorme afluência de público.

No plano cultural referir a continuação do apoio do Executivo no lançamento de livros do concelho, e não só. Destaco os livros: “O Cassador de Muros” de Ana Filomena Amaral; “Retalhos do Caminho” de Fernanda Tavares; “Da Realidade à Fantasia” de Ermelinda Silva e “Terra do Meu Coração” de Lucinda Maria.

Está de parabéns a Sra. Vereadora, Prof.^a Graça Silva, pela capacidade de organização e mobilização de plateia para estar presente o que, de facto, tem sido um êxito.

Agora queria fazer duas referências pessoais, porque penso que devem ser feitas, e que são de toda a justiça: Uma delas tem a ver com a chamada do Dr. Joel Vasconcelos para exercer funções de Adjunto do Sr. Primeiro-Ministro.

Em minha opinião as competências reconhecem-se e, neste caso, foram-lhe reconhecidas com a atribuição de um cargo importantíssimo. O Dr. Joel Vasconcelos foi sempre um homem de grande competência que honrou não só o Município como também a EPTOLIVA como seu Diretor. O Município também acreditou nele, e fez bem, porque de facto as pessoas quando têm competência ela tem que ser reconhecida.

A outra referência pessoal tem a ver com a eleição do Dr. José Francisco Rolo para Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado das Aldeias de Montanha. Esta Associação é a entidade gestora da Rede de Aldeias de Montanha que integra quarenta e uma aldeias de montanha, em nove Municípios. Penso que é uma honra, não só para o próprio, mas também é uma honra para o Município de Oliveira do Hospital, porque vê reconhecidas as competências do Dr. José Francisco Rolo. O Dr. José Francisco Rolo fica Presidente duma Associação tendo como Vice-Presidentes alguns Presidentes de Câmara. Os meus parabéns ao Dr. José Francisco Rolo.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Relativamente ao expediente referir apenas uma informação do Grupo Parlamentar Os Verdes sobre a parte legislativa de um decreto sobre a água e saneamento onde houve intervenção de PEV. Se estiverem interessados neste documento agradecia que o solicitassem à Mesa. O documento é muito extenso e perderíamos muito tempo para o ler aqui e por isso está à vossa disposição.”

De seguida tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Passaríamos às inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia.

Referir também que há um pedido de intervenções do público, que é do Sr. Prof. João Dinis, e que fica para o fim do Período de Antes da Ordem do Dia.

Neste Período de Antes da Ordem do Dia eu gostaria de me inscrever para poder falar sobre os quarenta anos do poder local.”

Dando-se início ao Período de Antes da Ordem do Dia, foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves para fazer a seguinte intervenção:

“Cumpriram-se, no dia doze de dezembro passado, quarenta anos do poder local democrático.

Nessas eleições de há quarenta anos, primeiras eleições autárquicas livres, foram eleitos trezentos e quatro Presidentes de Câmara, cinco mil, cento e trinta e cinco Deputados Municipais e mais de vinte e sete mil Deputados para as Assembleias de Freguesia.

Essa votação para os dirigentes locais foi mais uma conquista da revolução de 25 de Abril que deu liberdade de escolha aos cidadãos para escolherem aqueles que acharam serem os melhores em cada autarquia e deu-lhes a oportunidade de participarem ativamente na vida política e serem parte fundamental das decisões tomadas a nível local com repercussão nacional.

Vale a pena lembrar que nem sempre foi assim: Antes do 25 de Abril de 1974 o povo não tinha qualquer liberdade de escolha, e não tinha liberdade de participação de forma livre e democrática, porque durante quarenta e oito anos os poucos Deputados Municipais eram indicados pelas Misericórdias e pelos Organismos Corporativos. Os Presidentes de Câmara e os Vereadores eram todos nomeados pelo partido designado União Nacional.

Como se essas nomeações não fossem suficientes, o povo era ainda controlado pelo Regedor que fiscalizava, inclusive, os usos e os costumes, os trajes e os comportamentos com o objetivo único de conformar as ideias a um pensamento único que repugnava a todos os que aspiravam, pelo menos, à sua própria liberdade.

De resto, este período salazarista esteve até contra a história do poder local, sempre firmemente enraizada na vida coletiva portuguesa desde a formação da nacionalidade e desde a atribuição dos forais aos povos que se iam libertando da tutela dos Mouros.

Os povos habituaram-se a governar-se por si próprios e com independência. A escolha dos juizes locais (que na altura tinham funções judiciais mas também administrativas idênticas à do atual Presidente de Câmara, na altura eram os Juizes que exerciam as funções de Presidente de Câmara) bem como as escolhas dos Vereadores era feita pelo povo, embora os Reis sempre tivessem a tentação de impor os Corregedores ou até a nomeação de Juizes de Fora mas enfrentaram sempre a resistência dos povos.

E mesmo quando D. Manuel I reformou todos os forais, com o objetivo de centralizar o seu poder, “foi sol de pouca dura” porque quando Portugal caiu sob a tutela espanhola logo o poder local voltou a ganhar grande protagonismo.

Mais tarde, um grande homem público, filósofo, estadista, jurista, político e maçom, Mouzinho da Silveira, talvez o maior legislador da história de Portugal, em mil oitocentos e trinta e dois, em poucos meses e em condições de extrema penúria, no círculo do Porto, quando as tropas do D. Pedro IV estavam cercadas pelas tropas de D. Miguel, Mouzinho da Silveira reconstruiu todo o sistema legislativo autárquico reformando a administração do reino.

Mouzinho da Silveira manteve o mesmo número de Concelhos, suprimiu os dízimos, tentou abolir os morgadios, revogou tributos e tensas e criou uma Junta de Cidadãos de confiança dos povos e por eles eleitos para vigiar os cabedais públicos que aos magistrados eram confiados. Podemos ver nesta Junta de Cidadãos os indícios do que é hoje a Assembleia Municipal.

Mouzinho da Silveira manteve a autonomia e as atribuições nos Concelhos, sendo a Câmara Municipal e os Vereadores de base eletiva por cidadãos com mais de determinado valor de património (duzentos mil reis nos grandes concelhos, e vinte mil reis nos mais pequenos) dada a enorme percentagem de analfabetismo.

Esta reforma foi logo posta em causa pelos Corregedores e pelos Juizes de Fora. Passos Manuel fez grandes alterações às leis de mil oitocentos e trinta e dois suprimindo alguns concelhos cujo número passou de setecentos e noventa e seis para trezentos e oitenta e um.

O número de concelhos foi diminuindo, nomeadamente em mil oitocentos e cinquenta e cinco, até que a reforma de Martens Ferrão, em dezembro de mil oitocentos e sessenta e sete, passou o número de Concelhos de trezentos e dois para cento e setenta e oito, mas, e isto é muito importante, aumentou de novo os poderes locais e só, então, se concretizando as ideias de Mouzinho da Silveira de cerca de trinta e cinco anos antes.

No século XX e durante a primeira república pouco se mexeu na tradição das competências do poder local e durante o Salazarismo já vimos a tutela que nos foi imposta sem que os povos pudessem auto governar-se como podiam e deviam

Sublinhar, nesta Assembleia Municipal, a efeméride de doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis e a história da independência do poder local é contribuir para dar visibilidade e valorizar este trajeto de exercício da autonomia, o que faço aqui pensando interpretar o sentimento de todos vós.

Uma palavra breve para a pseudo-reforma de dois mil e treze: Essa pseudo-reforma com a agregação intra-concelhia de algumas Freguesias foi um

erro crasso e só pretendeu diminuir, coartar, cercear e apoucar o poder local e os seus representantes e, até mesmo, o povo que os elegeram.

Não que não seja preciso fazer uma redefinição geográfica das autarquias dadas as alterações demográficas dos últimos anos, nomeadamente à volta das grandes cidades e no interior do País, face à facilidade das comunicações.

O próprio Concelho de Oliveira do Hospital é fruto da absorção de outros concelhos, como sucedeu, por exemplo, em mil oitocentos e cinquenta e cinco. No entanto a agregação percentual intra-concelhia de dois mil e treze deu como resultado, por exemplo, que um Concelho com seis Freguesias, como é o caso de Cascais, ficasse só com quatro Freguesias, uma delas, a União de Freguesias de Cascais e Estoril, que ficou com cinquenta e seis mil eleitores, muito mais do que a grande maioria dos concelhos portugueses. Muitas outras Uniões de Freguesia ficaram com mais de cinquenta mil eleitores quando o que deveria ter sido feito era exatamente o contrário.

Por respeito ao poder local democrático, cujos quarenta anos agora comemoramos, esta agregação deve ser revertida rapidamente por não ter trazido vantagem nenhuma, nem sequer financeira, ao estado democrático português.

O poder local democrático, as Câmara Municipais e Juntas de Freguesia, tal como a homeostase humana que adapta o homem ao meio, é aquele poder que melhor adapta a governabilidade aos interesses das populações e que melhor conhece as necessidades e os problemas autóctones, que melhor sabe priorizar necessidades localmente, que conhece as tradições e os valores culturais do Concelho e das Freguesias. Em suma, que melhor responde em qualidade e em tempo aos anseios daqueles que lhes estão mais próximos.

O poder local não precisa da tutela do Estado Central, sendo a Assembleia Municipal e a Assembleia de Freguesia suficientes para acompanhar e fiscalizar a atividade do Executivo, como aqui tem sido feito por todos vós, dando substância ao poder local democrático que agora faz quarenta anos.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Espero que tenham tido um bom Natal e que tenha tudo corrido bem.

Depois da douda intervenção de história do Sr. Presidente da Assembleia Municipal eu queria apenas dizer umas parcas e humildes palavras acerca do 25 de Abril, ou antes da lei autárquica.

Queria referir que estou muito feliz por hoje estar aqui um Presidente de Junta eleito em mil novecentos e setenta e seis. É o Sr. António Moreira, que me derrotou nessa altura porque eu pertencia à lista do PS e ele ganhou com a lista do PSD na Bobadela. É uma honra ter aqui o Sr. Moreira passados quarenta anos e voltar aqui ainda presente connosco.

Queria também dizer que após o 25 de Abril, foi em maio, o Eng.º António Campos chegou à Câmara, esteve na Câmara, e na altura o Dr. Amaral lhe entregou os livros da Câmara sem qualquer problema. Mais tarde foi feita uma Comissão Administrativa que era composta pelo João Soares, Sr. Pires, Dra. Maria Antónia, Dr. António Simões Saraiva, António Mendonça e pelo Sr. Jorge do banco. Não nos podemos esquecer que a história também conta com isto, temos que nos lembrar das pessoas que passaram por cá.

Por último, e felizmente também está vivo, o primeiro Presidente desta Câmara eleito, após o 25 de Abril, foi o Dr. António Simões Saraiva.

Queria dizer isto porque já cá ando há muitos anos. Tenho memória e não queria esquecer nem os amigos nem das pessoas que faziam parte, estavam do outro lado, mas sempre houve uma coisa: Todos eles lutaram por este Concelho à sua maneira e nós temos que ter memória, temos que ter história, e temos que ter respeito por todos os que cá passaram.

A minha intervenção era só para vos agradecer por estarem aqui. Continuem a fazer o que estão a fazer por este Concelho.

Agradecer também a todos aqueles que passaram por esta Assembleia, pelas Juntas de Freguesia e pela Câmara.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Embora o Dr. Rodrigues Gonçalves já tivesse aqui abordado algumas das coisas que eu trazia aqui para referir mas eu vou fazê-lo da mesma forma e queria começar por desejar a todos a continuação de Boas Festas e que o novo ano traga tudo aquilo que mais desejarem.

Começo por felicitar o Dr. José Francisco Rolo pela recente eleição como Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha. Penso que esta eleição é um reconhecimento ao Município pelo seu prestígio, pela sua competência. Acho que é um reconhecimento de todos os que compõem esta Associação pelo excelente trabalho que Oliveira do Hospital tem estado a fazer. Isto também é prestigiante para todos nós.

Queria também felicitar a Câmara Municipal pelas várias iniciativas que tem feito ao longo do ano, mas nesta quadra, as iniciativas natalícias que a Câmara tem feito, para além de tornarem a cidade mais viva também fazem com que as pessoas possam sorrir mais e também dinamizam o comércio.

Neste momento estou mais orgulho por pertencer a este Concelho porque o Município de Oliveira do Hospital foi distinguido com vários galardões em dois mil e dezasseis. Destaco o galardão da Bandeira ECOXXI 2016. Esta distinção veio reconhecer as boas práticas de desenvolvimento sustentável em várias áreas: Ambiente, floresta, educação, educação ambiental, turismo, conservação da natureza, qualidade da água.

Tem sido igualmente despendido um esforço redobrado no desenvolvimento de ações de sensibilização, valorização e proteção ambiental junto, por exemplo, das crianças e jovens e envolvendo as escolas.

Esta Bandeira Verde representa também o reconhecimento do consciente trabalho que o Município e a comunidade Oliveirense têm desenvolvido na promoção da sustentabilidade e responsabilidade cívica e ambiental.

O Concelho de Oliveira do Hospital também foi galardoado com três bandeiras ECO Escola, num trabalho conjunto entre o Município e as escolas do Concelho, tendo sido atribuídas bandeiras ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital, EPTOLIVA e ESTGOH.

Este é mais um reconhecimento do excelente trabalho que é feito na educação e formação profissional pelas várias escolas do Concelho sendo sempre apoiadas pelo Município de Oliveira do Hospital.

A Câmara Municipal de Oliveira do Hospital foi considerada uma das Autarquias Mais Familiarmente Responsáveis do País. Este reconhecimento foi tornado público pelo Observatório das Autarquias Familiarmente Responsáveis (OAFR) e resulta de um inquérito feito pela OAFR às autarquias portuguesas em que foram analisadas as políticas de família. Estão, neste caso, entre muitas outras medidas, o programa de incentivo à natalidade, que entrou em vigor em janeiro de dois mil e treze, a criação de um tarifário social na fatura da água que contempla positivamente as famílias numerosas, o apoio à aquisição de manuais escolares que é concedido a mais de trezentos alunos do Primeiro Ciclo do Ensino Básico ou, por exemplo, a atribuição de cerca de cinquenta mil euros em Bolsas de Estudo a alunos do Ensino Superior.

Este reconhecimento vem juntar-se a muitos outros, como é o caso da Bandeira Azul na praia fluvial de Alvôco das Várzeas e da Bandeira Acessível na praia fluvial de Avô.

Mas, mais do que reconhecimentos e prémios, é importante realçar que o Município de Oliveira do Hospital tem vindo a colecionar galardões porque é um Município que não tem medo de mostrar o que faz e não tem medo de expor esse trabalho à avaliação de entidades externas.

Com os resultados que estão à vista Oliveira do Hospital é hoje um dos melhores Municípios para viver, distinção que também já nos foi justamente atribuída.

Para finalizar queria propor um voto de pesar pelo falecimento do Prof. Orlando Albino Borges Gonçalves. Dizer também que o Prof. Orlando Albino Borges Gonçalves exerceu funções de autarca, eleito pelo PSD, em Lagares da Beira e, fez parte, ao longo de vários anos, de algumas Associações e Instituições da Freguesia de Lagares da Beira. Proponho também que este voto de pesar seja comunicado à família do Prof. Orlando Albino Borges Gonçalves.”

Seguidamente foi efetuada a votação da proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Prof. Orlando Albino Borges Gonçalves, que foi aprovado por unanimidade.

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Permitam-me que vos cumprimente a todos e que vos deseje um ótimo ano de dois mil e dezassete com muita paz e tolerância. Votos extensíveis às vossas famílias e a todos os naturais e residentes no concelho de Oliveira do Hospital.

Quero também felicitar o Dr. José Francisco Rolo pela sua recente eleição para a liderança da ADIRAM.

Quero propor a esta Assembleia Municipal um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José António Freire Falcão de Brito que foi Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos durante vários anos tendo deixado marcas que a todos nos orgulham e em particular aos seus familiares. Foi um homem íntegro, defensor dos valores humanos, um grande autarca, e uma das pessoas que trabalhou em prol do Associativismo neste Concelho.

Venho falar de um assunto delicado mas que não podia deixar de o referir nesta Assembleia. Shakespeare dizia o seguinte: *“Na luta pelo melhor, muitas vezes se corrompe o bom”*. Vem isto a propósito de um artigo publicado num meio de comunicação social local acerca de uma família de Travanca de Lagos

que está a passar por um momento difícil por motivos de saúde de um dos seus filhos. Embora me pareça boa a intenção, na sua génese, a maneira como este assunto foi tratado, pela comunicação social, não me parece ter sido o mais acertado, revelando alguma falta de sensibilidade ao expor publicamente a referida família. Não me vou alongar sobre este assunto nem entrar em pormenores pois seria muito mau fazê-lo, publicamente, nesta Assembleia. Ajudar, sim, mas não é necessário misturar as coisas e muito menos me parece ser necessário publicitar qualquer ajuda.

Senhor Presidente da Câmara Municipal apetece-me hoje fazer mais uma citação e lembrar a lei de Murphy: *“Nada é tão fácil como parece. Tudo leva mais tempo do que se pensa. Se as coisas puderem caminhar mal, caminharão mal de certeza.”*

Vem isto a propósito da Requalificação da Ponte do Rio Cobral, que estando concluída irá permitir uma maior aproximação das Freguesias de Travanca de Lagos e Lagares da Beira, permitindo a circulação de veículos pesados, e também relativamente à requalificação do Parque Infantil da Casa da Criança Sarah Beirão em Travanca de Lagos.

Não foi fácil. Levou, talvez, mais tempo do que o desejável mas estas obras caminharam bem, contrariando a referida lei de Murphy.

Quero enaltecer e agradecer o empenho da Câmara Municipal e, em particular, o empenho do Sr. Presidente.

Não posso deixar de evidenciar a disponibilidade, o empenho, a competência de todos os funcionários que trabalham nesta Câmara Municipal e a resposta pronta e eficiente na resolução de qualquer situação.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, quero dizer-lhe que também se pode orgulhar daqueles que o rodeiam. Costuma dizer-se que por detrás de um grande homem, está sempre uma grande mulher, mas, neste caso, ao lado de um grande Presidente está sempre uma grande equipa. Dessa equipa fazem parte os seus Vereadores e colaboradores mais próximos mas também os Srs. Presidentes das Juntas de Freguesia e Uniões de Freguesias.”

Seguidamente foi efetuada a votação da proposta do Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José António Freire Falcão de Brito, que foi aprovado por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado, Dr. André Duarte Pereira, que fez a seguinte intervenção:

“Num mundo cada vez menos fraterno, em que as pessoas vivem cada vez mais afastadas umas das outras, é imprescindível fomentar o associativismo. Como tal, quero felicitar o Executivo Municipal, na pessoa do Sr. Prof. Nuno Ribeiro, por Oliveira do Hospital ter recebido o décimo primeiro encontro de Associações Juvenis do Distrito de Coimbra.

Congratulo este Executivo pelo esforço permanente de se associar a iniciativas que promovem a solidariedade e estimulam positivamente a juventude de Oliveira do Hospital. Mais iniciativas como estas são um importante acréscimo à atividade que temos em Oliveira do Hospital em termos associativos e culturais.”

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte intervenção:

“Não venho aqui fazer teatro, venho aqui reconhecer o trabalho e alertar quando as coisas estão mal. É esse que é o nosso papel. A oposição diz que a maioria vem aqui fazer teatro mas é bom referir que aqui trabalha-se.

Começo por felicitar o Dr. José Francisco Rolo pela sua recente eleição como Presidente da Associação das Aldeia de Montanha e quero também felicitar Alvôco das Várzeas e São Gião porque também fazem parte da Rede das Aldeias de Montanha. Acho que é um orgulho para todos nós! A eleição do Dr. José Francisco Rolo foi feita por unanimidade e para todos os Oliveirenses esta eleição deve motivo de grande orgulho.

Quero aqui publicamente dizer ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas que tive o prazer de assistir à Assembleia de Freguesia de Alvôco, da passada sexta-feira, e vi a oposição a reconhecer o trabalho feito pela Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas. Isto quer dizer muito! Quer dizer que a Junta de Freguesia trabalha e que está lá para ajudar as pessoas de Alvôco. Por esse motivo quero dar os parabéns, publicamente, ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, nesta Assembleia Municipal.

Também referir que assisti com orgulho à homenagem feita ao Dr. António Simões Saraiva que foi o primeiro Presidente da Câmara eleito em democracia em Oliveira do Hospital. Foi uma cerimónia bonita.

Também quero referir e chamar a atenção para um assunto que tenho acompanhado, e acho que não é fácil, e por isso tenho que reconhecer o trabalho da Câmara Municipal, nomeadamente a limpeza da folhagem das árvores nesta cidade quando chega o outono. Vejo o esforço e o trabalho que a equipa da

Câmara Municipal faz para recolher toda esta folhagem e para manter a cidade limpa.

No passado foram plantadas no centro da cidade várias árvores de grande porte, sobretudo carvalhos, que a transformaram numa espécie de bosque. São árvores de floresta que não se adequam à ornamentação das cidades e com o decorrer dos anos o seu crescimento têm vindo a causar problemas de vária ordem. Há árvores que praticamente já entraram pelos prédios e são altamente resinosas e nunca deveriam ter sido plantadas dentro da cidade. Em algumas ruas da cidade a própria iluminação pública, apesar de ser a LED, tornou-se ineficiente porque a copa das árvores tapa tudo. Foi um erro do passado que este Executivo Camarário herdou e para o qual terá que tentar arranjar uma solução porque este tipo de árvores irá sempre gerar mais problemas.

Numa cidade, contrariamente ao que se fez no passado, não se pode plantar qualquer tipo de árvore para que não se transforme a cidade numa autêntica floresta.

Solicitava à Sra. Vereadora com o pelouro das florestas, Eng.^a Teresa Dias, para que haja algum cuidado durante a poda das árvores.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Em primeiro lugar quero felicitar o Executivo pela maneira como decorreram as comemorações do Feriado Municipal e também felicitar a Câmara Municipal pelos Galardões recebidos porque é sinal de que estão a fazer um bom trabalho na área social e na área ambiental.

Felicitar também o Sr. Vice-presidente da Câmara Municipal, e meu amigo, Dr. José Francisco Rolo, pela nomeação para a Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha. Esta eleição é muito importante porque para defendermos os nossos territórios temos que estar presentes e penso que o Concelho está bem representado.

Quero agradecer à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, por todo o apoio logístico prestado para que a realização da XIV Feira do Porco e do Enchido fosse mais um êxito.

Sr. Presidente da Câmara a população da minha Freguesia tem-me questionado quando é que se fará a ligação das fossas existentes em Meruge. Este é um assunto que já se arrasta a alguns anos. O maior investimento já está efetuado com a realização da ETAR e, por isso, não se justifica que por meia

dúzia de euros não se façam as ligações técnicas e continuemos a poluir o Rio Cobaral.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Começo por felicitar o Dr. José Francisco Rolo pela sua eleição como Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM). Estive presente no dia da votação e, como aqui já foi dito, o Dr. José Francisco Rolo foi eleito por unanimidade. Dizer também que foram eleitos como Vice-Presidentes o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Guarda e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Gouveia.

Não foi só pelos seus olhos bonitos que o Dr. José Francisco Rolo foi eleito. Ele foi eleito porque deu mostras de competência, deu mostras de vitalidade.

Sei que foi ele que liderou todo este processo e fez com que Alvôco das Várzeas e São Gião integrassem também esta Rede de Aldeias de Montanha. Isto é um sinal da competência, da vitalidade e da força que o Dr. José Francisco Rolo pôs nesta Associação.

Estive presente e vi a reação das pessoas quando foi apresentada a lista. Verifiquei que as pessoas conheciam as capacidades do Dr. José Francisco Rolo. Nesta Assembleia Municipal várias pessoas felicitaram o Dr. José Francisco Rolo e eu também não podia deixar de o fazer. Penso que é um grande orgulho para todos nós.

Neste momento temos um Presidente da ADIRAM, temos um Vice-Presidente da CIM, temos vindo a ser premiados com diversos galardões, temos uma Bandeira Azul na Praia Fluvial de Alvôco das Várzeas, temos uma Praia Acessível em Avô e que está classificada como uma das três melhores do País. Por toda esta vitalidade temos que reconhecer o trabalho deste Executivo que lidera todos estes processos e que transforma Oliveira do Hospital num Concelho melhor.

Também quero agradecer as palavras do Deputado José Ferreira e dizer que eu e todo o Executivo da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas fazemos o que podemos. Dizer também que nada do que fazemos seria possível se não tivéssemos o apoio desta Câmara Municipal e por esse motivo também quero agradecer ao Sr. Presidente da Câmara.

Este Executivo está a fazer o que outros não fazem neste País. Todos são a favor da coesão territorial e todos são contra a desertificação mas é só nas palavras porque nas ações só é tido em conta o litoral.

Sr. Presidente, ao ter feito estes protocolos com as Freguesias, e ao atribuir esta autonomia e poder financeiro às Juntas de Freguesia, está a contribuir para a coesão territorial. Muito obrigado, Sr. Presidente.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de mais felicitar o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Dr. José Francisco Rolo, pela sua recente eleição como Presidente da Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM) e das quais São Gião também faz parte.

Depois, agradecer ao Sr. Presidente da Câmara Municipal e aos Srs. Vereadores pelo empenho e determinação que têm tido para levar a água ao domicílio às localidades do Parceiro, Barroca, Covão e Alentejo. É uma obra há muito desejada e que possivelmente será finalizada no próximo verão. Esta obra já está contemplada no orçamento como também já está em concurso público. Já posso dizer aos habitantes daquelas aldeias que irão ter água potável muito em breve. O Sr. Presidente da Câmara é um homem que honra a sua palavra. Muito obrigado.

Desejo-vos a todos um bom ano.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Espero que as festas do Natal tenham corrido bem e espero também que o próximo ano de dois mil e dezassete venha, como eu espero e como seguramente todos esperarão, ao encontro das nossas ansiedades e das nossas perspetivas. Obviamente que estes desejos também se estendem às vossas famílias.

Não posso deixar de fazer uma referência a Oliveira do Hospital: Oliveira do Hospital tem-se vindo a afirmar há já algum tempo e continua a afirma-se. Desde logo aquando da eleição, e do reconhecimento da sua capacidade de trabalho, do nosso Presidente da Câmara Municipal para Vice-Presidente da Comunidade Intermunicipal de Coimbra e agora com esta eleição do Dr. José Francisco Rolo como Presidente da ADIRAM.

Oliveira do Hospital, como às vezes se diz por aí, é um chavão do nosso Presidente da Câmara, está no mapa. Não há dúvida nenhuma, Oliveira do Hospital está cada vez mais no mapa. Oliveira do Hospital está cada vez mais na moda.

Contrariamente àquilo que acontecia no passado Oliveira do Hospital está a afirmar-se e está a afirmar-se através dos seus autarcas que são reconhecidos. O valor dos nossos autarcas é reconhecido fora do nosso Concelho e fora das nossas fronteiras. Claro que isto é importante para as pessoas em causa mas é fundamentalmente importante para o nosso Concelho.

Estar em determinados lugares é fundamental para desempenhar as funções que são necessárias com inteligência e trabalho e para defender o Concelho de Oliveira do Hospital. Honra seja feita, e por isso dar os parabéns ao nosso Presidente da Câmara, porque o Sr. Presidente tem feito isso com propriedade para além de ter trazido o pacote financeiro que conseguiu trazer para o nosso Concelho. Isso é que é importante.

É importante estarmos representados nestes centros de decisão onde irá passar dinheiro e investimentos. É sempre bom termos alguém de Oliveira do Hospital nos centros de decisão. Se calhar haverá outros Municípios que gostariam também de ter nesses centros de decisão os seus autarcas. Como disse é importante estar nestes centros de decisão e canalizar os meios financeiros para os projetos que são necessários no nosso Concelho.

Também quero fazer uma referência, eu ando pela cidade, também já cá resido há algum tempo, e vamos ouvindo as pessoas a comentar, e vê-se vida dentro da nossa cidade. Independentemente da questão da animação de rua que foram feitas, em que se envolveram as escolas, os alunos, pais, houve espetáculos de grande qualidade nesta quadra natalícia em Oliveira do Hospital. Eu assisti a um grande espetáculo na Casa da Cultura com dois excelentes coros do nosso Concelho, com “*a prata da casa*” como se costuma dizer. Foi um espetáculo digno de qualquer grande cidade.

Quero aqui deixar um registo de agradecimento à Câmara Municipal pelo início das obras na Extensão de Saúde de Ervedal da Beira. É uma obra que já há alguns anos se desejava e finalmente está a começar de ser executada. Todos nós sabemos, e o Sr. Presidente da Câmara sabia, que o nosso antigo Posto Médico já não oferecia as condições dignas quer para os utentes quer para os profissionais de saúde que lá trabalham.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa para apresentar o seguinte Ponto Prévio:

“Votos de um excelente ano de dois mil e dezassete para todos.

Gostaria de perguntar, Sr. Presidente da Mesa, se me é permitido fazer um Ponto Prévio antes de entrarmos no Período da Ordem do Dia?

Este Ponto Prévio tem a ver essencialmente com uma questão que eu já aqui coloquei e está relacionado com o assunto dos horários destas Assembleias Municipais.

Ponto Prévio - Como é do conhecimento estes horários de sexta-feira à tarde para quem trabalha não são de todo o melhor horário, como tal vimos aqui mais uma vez reivindicar para que tivesse em conta esta nossa reivindicação e para que se voltasse aos horários de antigamente, para que as Sessões fossem feitas ou ao sábado à noite, sexta-feira à noite ou sábado de manhã. Penso que funcionava sempre bem.

Aliás, se fizermos aqui um pequeno ato de reflexão verificamos que o número de intervenções do público tem sido cada vez menor neste último ano e desde que deu entrada este novo horário. Julgo que esta Assembleia teria tudo a ganhar com este horário.

Podemos também questionar o grande número de faltas a que temos assistido por parte dos Deputados Municipais, quer da oposição quer dos Deputados do PS, em virtude deste horário. Acho que é de bom-tom, na nossa ótica, voltar aos horários de antigamente.

Começo agora com a minha intervenção para o Período de Antes da Ordem do Dia Entrava para dizer o seguinte:

Começaria por felicitar os cinquenta e dois anos da Cooperativa da Beira Central e os quarenta anos do Rancho Folclórico Sampaense.

Permitam-me ainda uma palavra à empresa Quinta de Jugais que integra o grupo das cinquenta maiores empresas do nosso Distrito e, por isso, acho que é um orgulho para todos nós.

Uma palavra ainda para os Galardões que foram recentemente conquistados por Oliveira do Hospital.

Queremos ainda salientar como um ato positivo as reivindicações que têm vindo a ser feitas junto das entidades competentes. Fruto dessas mesmas reivindicações e fazendo fá nas palavras do Sr. Presidente, ao que parece está para breve a requalificação da Estrada Nacional 17. Vamos esperar para ver, mas desde já essa é uma boa notícia para o Concelho. Esperamos agora que não fiquem apenas as palavras. De palavras estamos todos cheios.

Ainda sobre a Estrada Nacional 17, e na sequência do desafio que lancei aqui na última Assembleia, permitam-me também dizer que fiz o meu trabalho de casa junto das Infraestruturas de Portugal e ao qual me foi respondido no dia 28 de setembro. Passo a citar as Infraestruturas de Portugal: *“Estas têm a informar que a Nacional 17 é alvo de trabalhos de fresagens e de tapagem de covas no pavimento enquanto se aguarda realização de uma empreitada de requalificação da estrada em causa.”* Esta foi a resposta que obtive.

Ora, de tapagem de covas, tanto quanto me apercebi, não senti que tal fosse feito e, portanto, o que eu digo é que devemos ter alguma cautela e esperar para ver se estes anúncios não passam disso mesmo.

Por outro lado não podemos também deixar de lamentar aqui o que não está a ser feito por parte deste Executivo na promoção dos esforços para garantir o investimento do Grupo TESLA de Portugal, nomeadamente em redes de sub-carregadores. É do conhecimento público que a empresa irá acolher em dois mil e dezassete um destino na Europa para investir, o que irá criar mais postos de trabalho diretos e indiretos. Portugal tem sido colocado nessa rota para instalação dessa fábrica de baterias. Inclusive algumas Câmaras aqui bem próximo de nós têm vindo a fazer esse trabalho de reivindicação, nomeadamente as Câmaras da Guarda, Penela e Mangualde. Gostaríamos também de ter visto aqui o Executivo a fazer este trabalho na defesa das muitas potencialidades que a nossa região tem para acolher esta nova fábrica de futuro no nosso Concelho. Isto é o futuro. Também é a atração de programadores e start-ups para o nosso Concelho. Para tal são necessárias políticas ativas de ação para quadros qualificados.

Aqui recomendo vivamente, Sr. Presidente, que veja o que está a ser feito, e muito bem, pelo seu homólogo do Fundão, Paulo Fernandes, que deu ontem uma entrevista ao Jornal Público e na qual é dito que vão ser criados postos de trabalho fruto dessas mesmas políticas de atração de quadros qualificados.

Sobre a área da saúde venho perguntar a Vossa Excelência sobre o ponto de situação do seu projeto revolucionário e que permitia trazer médicos para toda a nossa população?

Dito isto, também não podíamos deixar de notar uma certa obsessão, no meu entender, por parte deste Executivo pelas festas, festinhas e festarolas. Ora vejamos: Acaba-se de anunciar uma festa e ainda não se acabou de festejar e já se está a anunciar a seguinte. Pensava que este Concelho já estaria na moda

mas, para minha desilusão, ouço que nunca a cidade poderia estar na moda se não tivesse uma festa de passagem de ano.

Ora, este Concelho está ou não na moda? Ou será que vai sempre faltar alguma festa para estar na moda?

Tendo em conta esta *overdose* de atividades festivas, no nosso entender nós até achamos que se deve começar a lançar uma candidatura ao programa Nacional da Festas e Festinhas. Claro que as festas e festarolas são do agrado das pessoas, em especial se forem de borla, o problema é que muitas vezes as pessoas não entendem que estamos desta forma a condenar outras medidas que com essas verbas poderiam estar a ser canalizadas para outros fins que visassem uma melhor qualidade de vida de todos.

Lançava aqui uma pergunta muito concreta aos Oliveirenses: Se em vez de mais uma festa ou festinha não preferiam ver o apoio que visasse contribuir para a sua melhor qualidade de vida e aliviar o seu orçamento familiar no final do mês? É isto que importa aqui referir e discutir.

Em nome do PSD lançava aqui uma nova aposta de apoio às famílias e empresas e que tem a ver com a vacinação infantil não comparticipada. São vacinas importantes e que são recomendadas pelos Pediatras mas que não estão contempladas no Plano Nacional de Vacinação.

Gostava de entregar esta proposta no final para não estar aqui a gastar mais tempo e peço ao Sr. Presidente que depois a leia na íntegra.

Terminava com um apontamento final e que tem a ver com os Boletins Informativos Municipais, que nos vão chegando, sobre a atividade camarária: Vimos aqui reivindicar um espaço alocado a cada partido da oposição com assento nesta Assembleia para que pudessem também expressar a sua opinião. Cumpriríamos assim uma imposição legal e uma forma básica de encontrar o equilíbrio democrático entre as várias forças políticas. Nos próximos Boletins Informativos Municipais gostaríamos também que a oposição tivesse um artigo de opinião.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de passar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara Municipal para responder a estas intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia, queria dizer ao Eng.º Rafael, embora esta questão já tenha sido aqui tratada, que respeito a sua opinião em relação à sexta-feira, só que o argumentário que utilizou não procede.

Primeira questão - O número de faltas: Não é verdade aquilo que disse porque nas últimas quatro Assembleias estiveram presentes entre noventa por cento e cem por cento dos Membros. Logo, por aqui, a sua opinião não tem base de sustentação e se os elementos do PSD tivessem sido substituídos tínhamos tido sempre noventa e nove por cento de presenças. Se tem alguma razão contra a realização das Assembleias à sexta-feira o Senhor tem que se queixar ao seu partido.

Relativamente às intervenções do público tenho que lhe dizer que são sempre feitas pelas mesmas pessoas.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Estamos em época natalícia e, mesmo que tenhamos que ouvir alguns dislates, de alguns que pensam que são melhores do que os outros, hoje vou começar a minha intervenção lendo um texto simples, de gente simples de Oliveira do Hospital, que vive cá, e que conhece os problemas.

Quem está na política tem que ouvir algumas intervenções daqueles que pensam que são os grandes crâneos e que são as grandes inteligências de Oliveira do Hospital e que pensam que as outras pessoas não têm cabeça.

Depois de ouvir a intervenção do Eng.º Rafael vou ler estas palavras, de alguém muito simples, que nos reconfortam e que nos dão força.

O Eng.º Rafael quando atacou aqui as pessoas que fazem festas em Oliveira do Hospital ofendeu todos os Oliveirenses que trabalham e que realizam nas suas Freguesias festas para proporcionar dinâmica económica no Concelho. O Senhor ofendeu todos os Oliveirenses que vivem cá porque o Senhor vai aos grandes concertos em Lisboa e não vai aos concertos em Oliveira do Hospital.

Vou ler este texto e o Eng.º Rafael vai ficar aborrecido. É uma coisa simples mas esta Senhora escreve bem: *“É impossível ficar indiferente. É impossível não sorrir. É impossível não recordar. Oliveira do Hospital parece um postal de Natal decorado com pessoas felizes, rostos habitualmente tão sorumbáticos que agora andam por aí numa alegria contagiante. Contagiados por crianças alegres e satisfeitas que prazerosamente passeiam pelas ruas da cidade, a pé e de comboio. Sim! Porque agora temos um comboio que mais parece uma fábrica de gargalhadas e de momentos felizes. Um sucesso! Parece que o tempo parou e todos querem aproveitar este espírito natalício onde se valoriza o maior bem que é a família.”*

São estes momentos que nos enchem a alma.

Passo a responder aos Senhores Deputados. Primeiro quero dizer-vos porque é que esta Assembleia só se realizou hoje. Sou adepto que esta Assembleia não se realize muito perto do Natal para podermos estar mais focados nesta quadra natalícia e até porque muitas pessoas têm que se ausentar. Esta Assembleia foi realizada hoje porque temos uma revisão orçamental que vem na sequência das obras do Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU).

Relativamente à eleição da Presidência da Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede das Aldeias de Montanha (ADIRAM) tenho que vos dizer que, na minha opinião, esta eleição trará uma maior responsabilidade ao Município de Oliveira do Hospital e trará uma maior responsabilidade ao Dr. José Francisco Rolo. Se alguém pensa que chagámos aqui por obra do Espírito Santo está muito enganado. Para chegarmos aqui houve um grande processo negocial.

Relativamente à intervenção do Eng.º Rafael e do que disse aqui sobre a TESLA é prova que as pessoas não sabem o que dizem.

O que é que o Executivo anterior do PSD deixou preparado em termos de Zona Industrial? Qual era a área que precisávamos? Oliveira do Hospital tem capacidade? Quais são os pressupostos que estão no projeto da TESLA?

Sabe para onde é que vai a TESLA? A TESLA vai ter licenças especiais do Governo e, por isso, o Governo é que vai determinar onde vai ficar a TESLA. A negociação nunca se fará com nenhum Presidente de Município e será feita pelo Ministério da Economia. Qualquer um sabe disto, e não precisamos de ser doutores! Mas infelizmente o Senhor não sabe, e tinha a obrigação de saber! O Senhor deveria saber qual é a dinâmica deste projeto e deveria saber que é o Governo Português que vai decidir. O Senhor colocou nas costas do Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital as responsabilidades do Governo e aquilo que o Governo tem que fazer.

Como é que o Senhor quer que o Presidente da Câmara Municipal traga a TESLA para aqui se ainda nem se sabe se a TESLA irá para Portugal ou para a Espanha? Isto demonstra falta de honestidade política da sua parte porque depois toda a sua intervenção vem terminar com uma ofensa para todos os Oliveirenses.

O Senhor ofendeu os Oliveirenses quando diz que fazemos festinhas e festarolas.

Pergunte ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge qual é o retorno económico da Festa do Porco e do Enchido? Qual é o retorno económico da Festa do Pão, Bolos e Bolas?

Diga quais são as feiras que o Município executa? Nomeie aqui as festinhas, se tiver coragem! Quais são?

Eu enumero-as, mas estas não são festinhas: O Município faz uma grande Feira do Queijo Serra da Estrela; Este ano vai fazer uma grande passagem de Ano; Faz uma Feira do Livro. São grandes festas!

O Senhor agora tem que ouvir! No Executivo anterior, do partido que o Senhor defende, sabe quais eram as festas?

Tinham uma festa no Mercado Municipal, a festa do Queijo, durante três ou quatro horas, onde se gastava muito mais. Gastava-se mais em fogo-de-artifício do que vamos gastar com a Passagem de Ano e com a dinâmica do Natal. O Executivo anterior gastava mais em foguetes. O Senhor não gosta de ouvir! Eu estive calado enquanto o Senhor esteve a falar! Nós sabemos os tiques de autoritarismo de direita que o Senhor tem!

Relativamente à sua proposta para a comparticipação das vacinas quero dizer-lhe que essas vacinas já são comparticipadas porque no nosso Concelho as famílias têm um programa de incentivo para a natalidade que faz essa ajuda a todos os pais. Também tenho que dizer que vocês andam sempre atrasados.

Eu entendo esta intervenção do Eng.º Rafael até porque ele é um homem completamente isolado e faz-lhe comichão quando os Srs. Presidentes de Junta vêm aqui dizer que trabalhamos bem em conjunto. Nós percebemos isto! Isto é um número para um jornal especializado que aqui temos. Isto faz parte da estratégia e por isso também lhe devemos admitir estas asneiras até porque sabemos que o jornalista as regista.

Srs. Presidentes de Junta continuem a fazer as festas e as festinhas porque nós gostamos de lá ir.

Passando às intervenções do Período de Antes da Ordem do Dia quero referir o seguinte: Gostaria de me associar às propostas dos Votos de Pesar pelo falecimento do Prof. Orlando Albino Borges Gonçalves e do Sr. José António Freire Falcão de Brito.

Relativamente ao Prof. Orlando, eu tive a oportunidade de trabalhar com ele durante três anos. É uma pessoa que fez um grande trabalho como professor, marcou muitas gerações em Lagares da Beira. É uma pessoa que eu estimava.

Relativamente ao Sr. Falcão de Brito, a Junta de Freguesia de Travanca de Lagos já tomou a iniciativa para lhe colocar um busto e eu felicito essa iniciativa.

Relativamente aos quarenta anos do poder local quero dizer o seguinte: No dia doze de dezembro a Comunidade Intermunicipal de Coimbra homenageou todos os Presidentes de Câmara que tinham sido eleitos em doze de dezembro de mil novecentos e setenta e seis. Para mim foi uma grande honra ter o Sr. Presidente, Dr. António Simões Saraiva, vivo. É um homem que foi eleito pelo PSD. Foi o primeiro Presidente de Câmara a ser eleito. É meu amigo e já tive a oportunidade de aqui o defender de alguns eleitos da bancada do PSD. Ele merece todo o respeito porque foi um homem que já deu muito a este Concelho.

Este Executivo, eleito pelo Partido Socialista, sabe respeitar as pessoas. Esta é também uma das características que nos diferencia de alguns que nem os seus respeitam e que fizeram aqui uma intervenção vergonhosa sobre a Fundação Cabral Metello e sobre o Dr. António Simões Saraiva.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, quero dizer o seguinte: O Município de Oliveira do Hospital tem como princípio e prioridade ser solidário com qualquer família que precise de apoio.

Quanto às notícias, boas ou más, essas dependem da responsabilidade, ou da irresponsabilidade, de quem as faz.

O Município fará o que tem de fazer com respeito e dignificando as famílias.

Quero dizer-lhe que os jornalistas de Oliveira do Hospital e a Comarca de Arganil têm tido princípios, o problema é que há alguns jornalistas só vêm cá de vez em quando para verem se arranjam alguma bomba. Como não são de cá, e porque não têm respeito pela dignidade das outras pessoas, e pelas famílias, constroem notícias da maneira que entendem. Nós não notamos isso com o jornal Folha do Centro, nem com a rádio Boa Nova, nem com a Comarca de Arganil, nem com a Centro TV.

Nas reuniões públicas, quando falamos nestes assuntos, há um princípio entre todos nós que é não noticiar a pobreza dos outros para não expor as pessoas.

Relativamente à situação da família de Travanca de Lagos nós continuaremos a trabalhar longe dos horizontes dos jornais para não expor esta

família. O que nós queremos é que o menino fique rapidamente bom e que aquela família fique bem. Isso é que é importante.

Foi aqui referido o trabalho de equipa e sobre este assunto eu quero dizer o seguinte: Eu tenho um conjunto de Vereadores em quem confio plenamente, tenho uma confiança ilimitada, porque entre nós não estamos aqui para tirar o lugar uns aos outros e temos uma relação muito saudável, quer com o Gabinete de Apoio às Freguesias, quer com o Gabinete de Apoio ao Presidente. Andamos todos, aqui, a trabalhar para quem nos paga. Tenho muito orgulho pelo que todos temos feito em conjunto. É isso que tem de ser valorizado. Nas diversas Juntas de Freguesia temos tentado concertar posições e isso tem sido o sucesso deste Concelho. São formas diferentes de fazer política.

Eu percebo que muitas vezes fiquem incomodados. A oposição gostaria mais que os Presidentes de Junta de Freguesia viessem fazer uns números contra o Presidente da Câmara. Isso não tem acontecido porque tem havido muito diálogo e temos conseguido concertar posições em defesa dos interesses das nossas populações.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado José Ferreira quero dizer que fico contente por saber que a oposição durante a Assembleia de Freguesia de Alvôco das Várzeas fez elogios ao trabalho da Junta de Freguesia. Também lhe dou os parabéns Sr. Presidente da Junta de Alvôco porque também acho que tem feito um bom trabalho.

Relativamente à intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Correia, quero dizer o seguinte: Na última reunião de Câmara foi deliberada a adjudicação do abastecimento de água às localidades do Parceiro, Covão e Alentejo. Fecha-se aqui o primeiro ciclo da história de Oliveira do Hospital. Os núcleos urbanos com uma dimensão de mais de trinta pessoas vão todos ficar com abastecimento de água. São pequenas obras que têm um significado especial. A qualidade da água naquelas localidades de acordo com as análises que são efetuadas têm elementos que são prejudiciais para a saúde. A candidatura para a realização destas obras está neste momento em apreciação mas, de qualquer maneira, Sr. Presidente da Junta, eu quero dizer-lhe que tanto faz haver financiamento ou não porque a obra neste momento já está lançada com verbas próprias.

Relativamente às estradas e às reivindicações que se têm feito quero dizer o seguinte: Alguns pensam que a Câmara não faz o seu trabalho, ou querem fazer crer que não fazemos o nosso trabalho mas o problema é que essas pessoas só vivem o Concelho pelo que leem nos jornais e por aquilo que se diz.

Em nenhum momento a Câmara deixou de fazer o seu trabalho junto dos diferentes parceiros entre os quais gostaria de destacar: O Governo; A CCDRC; Comunidade Intermunicipal; Comissão Europeia e Associação Nacional de Municípios. Todos estes organismos têm sido nossos parceiros reivindicativos para a realização de algumas obras.

Desiludam-se aqueles que gostavam que o Presidente da Câmara não fizesse o seu trabalho. Provavelmente, alguns, não queriam que a Estrada Nacional 17 fosse requalificada mas vai ser.

Também gostava de dizer que não podemos andar só com palavras e que temos de atuar. Outros não passaram das palavras e encolheram-se quando foi preciso ir para a estrada e não foram capazes de ir reivindicar. Hoje escrevem mais para as Infraestruturas de Portugal para fazer perguntas do que escreviam na altura para fazerem a reivindicação das estradas.

Também não deixo de falar aqui sobre o IC6 e quero dizer-vos que tenho feito algumas reuniões com o Sr. Ministro das Infraestruturas e por isso aguardo brevemente respostas do Governo. Eu não fujo dos assuntos. Eu vou ao combate e faço aquilo que devo e que acho que o Concelho de Oliveira do Hospital merece.

Já o disse aqui e volto a afirmar, a minha recandidatura, se o PS assim o entender, está condicionada ao problema do IC6. Não sei, neste momento, se serei candidato, porque não tenho condições. Espero que no dia em que seja aqui assinada a adjudicação das obras da Estrada Nacional 17 que o Governo tome uma posição clara em relação ao IC6. Isso é fundamental, é uma questão de palavra, e eu levarei a minha palavra até ao fim.

Outro assunto que aqui se falou foi sobre o programa revolucionário da saúde: Eu apresentei um projeto, que levaria médicos a todas as Freguesias, a um Governo liderado pelo PSD e pelo CDS. O Sr. Secretário de Estado desse Governo PSD/CDS, que depois foi Ministro, negociou comigo um conjunto de coisas que não cumpriu e por isso pergunte ao seu Secretário de Estado, Dr. Leal da Costa, porque é que Oliveira do Hospital não tem esse projeto revolucionário.

Também lhe quero dizer que há quinze dias, eu e o Sr. Presidente da Fundação Aurélio Amaro Dinis, estivemos reunidos com o Sr. Secretário de Estado da Saúde e estamos em negociação para resolvermos o que ainda falta fazer mas há uma coisa de que eu não tenho dúvidas: Hoje em Oliveira do Hospital há mais médicos, há mais assistência e há muito menos doentes sem médico. Essa foi uma grande batalha que este Executivo travou e a obrigação de

colocação de médicos pertence ao Governo mas nós não deixámos de fazer, mais uma vez, o nosso trabalho fazendo pressão e lutando para que hoje Oliveira do Hospital tenha mais médicos. Até lhe digo que hoje Oliveira do Hospital tem mais médicos do que Seia.

Sobre este assunto também posso dizer que está a decorrer um concurso e possivelmente iremos ter a colocações de mais dois médicos.

Ainda temos algumas situações por resolver mas também posso dizer que a Unidade Móvel de Saúde é um sucesso e estão aqui os Srs. Presidentes de Junta que podem dar esse testemunho. Penso que temos possibilidades para irmos mais além logo que tenhamos mais médicos.

Esta semana tive uma reunião com o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos e falámos sobre esse projecto. Eu acredito neste projecto que serve para melhorar as condições de vida do nosso povo, para melhorar as condições de vida sobretudo àqueles que não têm voz, àqueles que não são capazes de reivindicar, àqueles que não fazem manifestações, que são as pessoas idosas. Eu, enquanto Presidente do Município, tenho a obrigação de os defender. Foi isso que eu fiz porque no passado bem sabemos o que é que víamos!

Por isso digo-lhe: Hoje, Oliveira do Hospital e este Executivo, também na área da saúde, ganhou uma batalha. Ainda não ganhou a guerra mas ganhou uma batalha. Eu desejo um projecto muito melhor e na altura chamei-lhe revolucionário porque é um projecto que proporciona o acesso aos cuidados de saúde a todos os cidadãos e a todos os Municípios de Oliveira do Hospital.

Já melhorámos muito, fomos capazes, estamos a fazer uma série de negociações. No próximo ano espero avançar mais porque é preciso uma nova forma de pensar nesta área da saúde. Eu sou capaz de desafiar o tempo. Eu sou capaz de antecipar mas é preciso ter recursos.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“O Sr. Eng.º Rafael fez-me chegar uma proposta de recomendação ao Executivo. Eu reencaminho-a para o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

Há aqui uma questão processual que é a seguinte: O Ponto V convém ser aprovado porque tem que ser comunicado à Autoridade Tributária até trinta e um de dezembro. Eu propunha que passássemos ao Período da Ordem do Dia e dava depois a palavra ao Sr. Prof. João Dinis dentro do Período da Ordem do Dia.

Há alguém que se oponha a passarmos já para a discussão do Ponto V?

Como ninguém se opõe passamos de imediato para o Período da Ordem do Dia e passamos para a discussão do Ponto V.

De seguida entrou-se no Ponto V da Ordem do Dia - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2017, em 5%.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Executivo defende uma taxa de 5% de participação variável no IRS.

Estes 5% de participação variável no IRS não é um imposto da Câmara Municipal sobre os nossos Municípios. Estes 5% é a percentagem do valor do IRS que o Governo vai devolver aos Concelhos.

Esta medida já vem do tempo do anterior Executivo do PSD e todos sabemos que estes 5% não abrangem a maioria dos Municípios porque quem tem o rendimento mínimo não paga IRS e o mesmo acontece com a maioria dos aposentados/reformados.

No IMI temos uma taxa mais baixa do que é normal e se aumentássemos essa taxa para os valores aplicados nos outros Concelhos teríamos uma receita com mais seiscentos mil euros.

O valor do nosso IMI, em relação ao ano anterior e com os valores de hoje, seriam de menos cerca de cem mil euros.

A receita do IRS no ano de dois mil e quinze foi de cerca de quatrocentos e seis mil euros.

A receita do IRS no ano de dois mil e dezasseis, até ao dia de hoje, foi de cerca de quatrocentos e dois mil euros. Há aqui uma diferença pouco significativa de cerca de quatro mil euros.

Também queria deixar esta nota: Esta verba de IRS serve sobretudo para pagar o défice que ainda há hoje com o custo da água, do saneamento e dos resíduos sólidos porque esta prestação de serviços andarà a volta dos quinhentos mil euros. Este dinheiro acaba por ser redistribuído por todos aqueles que têm estes serviços e que são a maioria no Concelho. Há aqui uma redistribuição absolutamente justa. Pagam mais aqueles que têm mais, como é

o caso do IRS, e recebem todas as famílias independentemente da sua condição financeira.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Sintetizando aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer, o artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, diz o seguinte: Os Municípios têm direito em cada ano a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

Ou seja, os sujeitos passivo não vão pagar a mais. Os sujeitos passivos pagam o valor que têm de pagar e, de acordo com o valor que é pago, os Municípios podem ter 5% do valor que é pago ao Estado. É isto que se pretende aprovar hoje.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Relativamente ao Ponto V o PSD vai votar contra porque acha que deveria ser devolvido aos Oliveirenses cerca de 1% desse IRS. Devolver esse 1% à economia real traria vantagens, no nosso ponto de vista.”

Depois o Primeiro Secretário da Mesa, Sr. Carlos Manuel Vieira Mendes, usou a palavra para fazer a seguinte intervenção:

“Esta intervenção do Eng.º Rafael é mais política do que outra coisa qualquer. É uma posição. Estes 5% já são redistribuídos a toda a população nomeadamente na Assistência Social, nas escolas, nos subsídios. Todo este dinheiro vai para aí.

Agora, não nos podemos esquecer de uma coisa. O Sr. Presidente falou nos idosos mas há aqui outro ponto: Se calhar, mais de sessenta por cento das pessoas que vivem em Oliveira do Hospital, além dos idosos, têm o ordenado mínimo. Como têm o ordenado mínimo nem sequer pagam IRS.

Isto no fundo é só para dizer às pessoas “os gajos” não descem aquilo porque não querem.

A maior parte das pessoas que iriam receber isso nem sequer pagam e assim vão buscar alguma coisa naquilo que a Câmara vai repondo. Não nos podemos esquecer deste pormenor: Mais de sessenta por cento das pessoas que vivem em Oliveira do Hospital não paga IRS.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Para além daquilo que foi referido, o artigo 69º da lei também diz o seguinte: *“Ao disposto no número anterior acresce um montante para distribuição em função do ISDR resultante da dedução de 0,25 % do montante do FEF, determinado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º e de 0,25 % do montante que caiba a cada município por via da participação variável de IRS, nos termos do n.º 1 do artigo 26º.”*

Isto é: A Câmara não recebe este 5% porque as entidades Intermunicipais ainda vão buscar uma fatia destes 5%. É preciso perceber que as coisas não são assim tão lineares.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não consigo perceber esta coerência do Eng.º Rafael e isso preocupa-me! Como sabe, não é a Câmara que tributa.

O Eng.º Rafael não se lembra de quem é que andou a pôr sobretaxas sobre o IRS? Não se recorda de quem foi?

Quem é que aumentou os escalões para que houvesse mais receita do IRS? Não se lembra?

O Senhor, aqui, representa o PSD! O Senhor, aqui, não representa o espírito santo!”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto V - Apreciação e votação, nos termos do disposto no artigo 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, da proposta de fixação da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano de 2017, em 5%, que foi aprovado por maioria, com um voto contra e uma abstenção.

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Antes de dar a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis queria dizer-lhe que há dois pontos na sua intervenção que não pode falar sobre eles porque têm a ver com questões políticas.

Os pontos a que me refiro é o ponto 1, que está relacionado com a agregação das Freguesias, e o ponto 3, referente ao Agrupamento Escolar.

O Senhor conhece o Regimento.”

De seguida entrou-se no Período de Intervenção do Público e foi dada a palavra ao Sr. Prof. João Manuel Fontes Dinis para fazer a seguinte intervenção:

“Votos de Boas Festas, e que o próximo ano de dois mil e dezassete nos traga um Portugal mais livre, mais soberano e mais independente. Mais soberania e mais independência, é o que precisamos, como precisamos do pão para a boca.

Sr. Presidente da Câmara, apelo para que se bata intransigentemente para que a fibra ótica chegue também à Coordinha.

Apelo também para que o Município se bata pela inclusão da Coordinha neste programa das Aldeias de Montanha.

Depois apelo para que finalmente seja feita a iluminação pública até à rotunda da Queijeira. É perigoso, sobretudo neste tempo porque as estradas gelam e o pavimento é escuro. É perigoso! Não pode haver poupanças orçamentais nestas matérias. Isto é vida e morte!

Apelo também para as marcações horizontais em muitas das nossas estradas porque estão esbatidas e não se vêem bem à noite, e para quem precisa de andar de noite e de madrugada essas marcações são importantes.

Mais uma vez insisto nisto, e há anos que o venho fazendo, o vale do Mondego necessita de outra atenção, os acessos, o estradão, o castro do Vieiro, a penha da Póvoa, o Vale de Ferro, porque se não estamos a desequilibrar o todo o Município para o lado de vale do Alvôco e do Alva. Depois dirão que Alvôco das Várzeas, estando num buraco, todavia é uma aldeia de montanha, porque se desequilibra todo o Município para lá com o peso do investimento. Não é que não seja justo, o problema é que é necessário reequilibrar.

Este espaço de utilização para a Intervenção do Público é sempre utilizado pelos mesmos. Esse, se calhar, é que é o problema!

Este espaço para a Intervenção do Público é um espaço de intervenção democrática. Nós estamos habituados a utilizar esse espaço porque lutámos muito para o conquistar e por isso estamos aqui, não por favor, mas por direito.

Esta Assembleia Municipal e este Executivo ainda não tomaram posição, ou por que não quiseram, ou porque não se lembraram, sobre o abate das cinco Freguesias do nosso Município provocado pelo anterior Governo, e pela anterior maioria. O PS juntou os votos com o PSD e com o CDS-PP e isto atinge a minha Freguesia! Não venham agora para cá com conversas, de que isto não é para aqui chamado, porque isto atinge directamente a minha Freguesia.

Depois o PS juntou os seus votos ao PSD e ao CDS para chumbar, há dias, na Assembleia da República uma proposta que resolvia esse problema e voltávamos ao antes da “lei do Dr. Relvas” nesta matéria das Freguesias. Antes de ser consumado o abate já nós o tínhamos avaliado. Nós, aqui, neste Município chumbámos a lei que está em vigor antes de ser aplicada. Do que é que está à espera o PS?

Também a reversão de Mega Agrupamento. Só não se tomou posição aqui porque ainda não se quis ou porque ainda ninguém se lembrou.

Estou convencido que já foi revertida a situação de algumas das valências do Tribunal, nomeadamente do Tribunal de Família e Menores.

Este Governo do Partido Socialista ainda não atuou porque não quis porque na Assembleia da República há condições partidárias para se reverterem estas e outras situações injustas criadas pelo anterior Governo e pela anterior maioria.

Pela força da nossa razão, pela força dos nossos braços, temos nos nossos braços uma oportunidade histórica de construir um futuro melhor, um futuro mais digno e mais dignificante para Portugal, para a sua população e para as nossas autarquias.

Que não deem a perder esta oportunidade histórica.”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Vejo que o Prof. João Dinis continua a não cumprir com o Regimento. No futuro tenho que apelar para a Assembleia para autorizar se deve falar nos assuntos que não o pode fazer do ponto de vista legal.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu não me importo que esta Assembleia tenha um trigésimo oitavo elemento. Para mim não há problema absolutamente nenhum!

De uma forma genérica os assuntos que podem ser abordados pelo público nesta Assembleia estão mais relacionados com questões pessoais mas eu tenho o maior prazer em ouvir o João Dinis e de lhe responder a todas as questões que coloca.

Foram escolhidas as aldeias de São Gião e Alvôco para integrarem a Rede das Aldeias de Montanha porque as aldeias que fazem parte desta rede têm

que estar dentro da área do Parque Natural da Serra da Estrela ou têm que ser confinantes com o Parque Natural da Serra da Estrela.

No início deste projeto as nossas aldeias não poderiam ser integradas mas foi feita uma alteração, que foi proposta por mim, para que as aldeias confinantes também pudessem participar. Neste projeto estão envolvidos nove Concelhos e estão envolvidas quarenta e uma aldeias.

Não é possível integrarmos outras Freguesias que não tenham afinidades geográficas com o Parque Natural da Serra da Estrela.

Foi preciso convencer muitos Presidentes de Câmara porque não estavam interessados em que Oliveira do Hospital pudesse participar. Numa reunião com a CCDDR conseguimos uma maioria qualificada para que pudéssemos entrar.

Relativamente à questão da reposição das Freguesias quero dizer-vos que já falei com o Sr. Ministro Eduardo Cabrita. O que me foi dito é que nesta altura o momento não era bom para fazer a reversão das novas Uniãos de Freguesia. Também foi dito que depois das eleições autárquicas, seria feito este trabalho e seriam ouvidas as Assembleias de Freguesia e as Assembleias Municipais. Esta foi a garantia que me foi dada. Sei que houve um debate na Assembleia da República sobre esta reversão para o qual foram convidados os Presidentes de Junta.

Para a questão que colocou relacionada com a requalificação do Vale do Mondego quero dizer-lhe que estamos a falar de duas coisas diferentes e que têm especificidades próprias. O que é que matou o Vale do Mondego ali junto à nossa zona? Foi o problema dos corrimentos das minas de urânio da Urgeiriça para as águas. As águas das nossas praias fluviais, onde muitas vezes eu, o João Dinis e outros tomámos banho, já não reúnem nenhuma condições.

Há aqui uma grande lacuna. Temos um conjunto de praias fluviais a sul do Concelho e temos o rio Mondego, que é o maior rio de Portugal, como sabem, e não conseguimos ter uma praia fluvial devido à qualidade das águas. Por exemplo o Carregal do Sal requalificou com todos os equipamentos uma praia fluvial e depois ela não foi autorizada porque a água não tinha qualidade.

Temos nos nossos horizontes alguma requalificação que tem mais a ver com as propriedades e com alguns projetos nomeadamente de estrangeiros.

Se compararmos a requalificação do Vale do Mondego com a requalificação da ribeira do Alvôco ou com o rio Alva estas requalificações não têm comparação porque são coisas completamente diferentes e têm tido tratamentos diferentes.

Não estamos a desequilibrar o Concelho até porque a construção das Piscinas no Seixo da Beira serviram para criar algum equilíbrio entre a zona norte e a zona sul do Concelho. Esse equilíbrio foi criado por mim e pelo meu Executivo.

Eu defendo a reversão do Mega Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital em dois Agrupamentos. Foi essa a minha proposta, na altura, ao Sr. Ministro do Governo do PSD. No Projeto Educativo Local está lá a nossa proposta.

Dizer também que somos contra a extinção das Freguesias até porque foi um péssimo serviço que se fez a este Concelho. O Governo do PSD e do CDS fizeram um péssimo Governo porque não trouxe ganhos nenhuns para o País mas tenho a certeza de uma coisa: Trouxe prejuízos para as populações e que nos criaram aqui um conjunto de problemas que não eram necessários.

Continuamos a acreditar que se tivéssemos as nossas Juntas de Freguesia que foram extintas que estaríamos melhor porque haveria uma maior proximidade com as populações.

A extinção das Freguesias não trouxe nada de bom ao nosso Concelho o que trouxe foram algumas divisões. Nós estávamos muito bem com as vinte e uma Freguesias e estávamos muito bem com os quarenta e três Deputados.”

De seguida foi retomada a Ordem do Dia e entrou-se no Ponto I - Informação acerca da atividade e da situação financeira do Município.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Neste Ponto I solicito à Sra. Vereadora, Eng.^a Teresa Dias para vos dar algumas informações nomeadamente para fazer o balanço do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o balanço de execução do respetivo Plano Municipal do ano de dois mil e dezasseis.”

Em seguida, foi dada a palavra à Sra. Vereadora, Teresa Maria Mendes Dias, que fez a seguinte intervenção:

“Chegados ao fim do ano é hora de fazer o balanço do Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e o balanço de execução do respetivo Plano Municipal do ano de dois mil e dezasseis.

Relativamente ao balanço do dispositivo, este ano, registaram-se quarenta e nove ocorrências e 36,4 hectares de área ardida. De realçar que este foi o

melhor ano, dos últimos dez, em número de ocorrências e um dos melhores em termos de área ardida.

O maior incêndio ocorreu na Freguesia de Alvôco das Várzeas (27,58 hectares), em maio, ainda na fase Alfa, quando o dispositivo não estava a funcionar em pleno e a freguesia com maior número de ocorrências foi a freguesia de Lourosa onde se registaram doze ocorrências.

A principal causa de ocorrência dos incêndios foi a intencional (45% - 22 ocorrências) seguida da negligente (31% - 15 ocorrências)

Relativamente ao balanço da execução do Plano Municipal foram realizados pelo município:

- 233,75 hectares de limpeza das bermas da rede viária florestal;
- 8,21 hectares de silvicultura preventiva;
- 162,55 km de intervenção de rede viária florestal;
- Foram realizadas ações de dissuasão do uso da prática de realização de fogueiras e queimas; que resultou positivamente na diminuição do número de ocorrências causadas por atos negligentes que baixou de 43 para 15 ocorrências de 2015 para 2016.

- Foram instaurados quarenta e sete autos de notícia por contra ordenação;

- Foram realizadas várias ações de sensibilização florestal, envolvendo três mil e vinte e nove participantes entre alunos desde o ensino pré-escolar até ao ensino superior dos estabelecimentos públicos e privados do Concelho e população em geral, onde participaram os Membros da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em suma, dois mil e dezasseis foi um ano muito bom em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios para o Concelho de Oliveira do Hospital, tem havido um bom trabalho e coordenação entre todos os intervenientes, que tem melhorado de ano para ano, cada vez mais existe uma rápida resposta na primeira intervenção que faz toda a diferença, pois este ano apesar de terem existido trinta e nove dias de alerta laranja e amarelo não tivemos combate a incêndios mas sim primeira intervenção e rescaldo. Esta rápida intervenção diminui a área ardida por ocorrência que se excluirmos o incêndio de Alvôco de Várzeas, foi de cerca de dois mil metros quadrados/ocorrência.

Quero ainda enaltecer, o trabalho realizado pelo Gabinete de Coordenação e Ação Local - proteção civil e defesa da floresta, pelo Sr. Comandante Operacional Municipal, Eng.º José Carlos Marques e os membros da Comissão Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios:

- Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira, Comando e Direção
- Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital, Comando e Direção
- Sapadores Florestais da CAULE, técnicos e direção
- Sapadores Florestais da Cooperativa dos Agricultores de Alvoco de Várzeas e direção
- ADESA - Associação para o Desenvolvimento da Serra do Açor
- ICNF, na pessoa da Sr.^a Eng. Inês Lopes
- Guarda Nacional Republicana
- Cooperativa Agro-Pecuária da Beira Central

pela resposta pronta em todas as ocorrências e solicitações pois todos eles contribuíram para que estes números fossem possíveis.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Quero deixar uma palavra de agradecimentos a todas estas equipas que foram referenciadas.

Não posso deixar de dar uma palavra muito especial a todo o Gabinete da Proteção Civil, sobretudo ao homem que faz aqui um grande trabalho, que muitas vezes me substitui, que é o nosso Coordenador, o Eng.º José Carlos Marques.

O Eng.º José Carlos Marques é o responsável de uma equipa muito dinâmica, tem uma excelente relação com os diferentes parceiros locais e Distritais, tem sido um homem facilitador na resolução dos casos que aparecem e por isso também lhe quero dirigir uma palavra de reconhecimento pelo seu trabalho e pelo trabalho de toda a sua equipa.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Na sequência do balanço Dispositivo Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios em que se registou um número significativo de ocorrências em todos o País, particularmente nos Distritos vizinhos, com prejuízos avultados para as populações e destruição da floresta e do meio ambiente, a bancada do Partido Socialista vem propor à Assembleia Municipal de Oliveira do Hospital que se preste publicamente e com um voto de louvor e reconhecimento a todos aqueles que sob qualquer forma prontamente participaram nas ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais pois, com o seu trabalho, demonstraram uma enorme dedicação à causa pública e um enorme sentido de

responsabilidade e de preservação do meio ambiente. Com uma referência especial a todos os envolvidos que direta ou indiretamente contribuíram para o sucesso da defesa do Concelho em matéria de incêndios florestais nomeadamente os operacionais, comandantes, e dirigentes das seguintes entidades: Comando Distrital da Proteção Civil; Serviço Municipal de Proteção Civil; Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira; Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital; Guarda Nacional Republicana; Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro do ICNF; Associação para o Desenvolvimento da Serra do Açor; Sapadores Florestais da CAULE; Sapadores Florestais da Cooperativa dos Agricultores de Alvoco de Várzeas.

Uma palavra final de estímulo e solidariedade para com todos aqueles a quem os incêndios florestais causaram prejuízos pessoais e materiais.

Reconheça-se esse bom trabalho e incentive-se a cooperação!”

Seguidamente foi efetuada a votação da proposta do Voto de Louvor e Reconhecimento a todos aqueles que sob qualquer forma prontamente participaram nas ações de prevenção e de combate aos incêndios florestais, que foi aprovada por unanimidade.

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Li com muita atenção a documentação enviada referente ao Ponto I e congratulo-me com o trabalho que está a ser feito.

Há pouco ouvi com alguma apreensão a intervenção do Eng.º Rafael e fiquei com a sensação de que não recebemos todos a mesma documentação.

Venho aqui para falar de política e não venho aqui para falar de pessoas mas, mais uma vez, o Eng.º Rafael mostrou a sua ignorância sobre o nosso Concelho.

Já na última Assembleia Municipal ele falou aqui sobre a minha pessoa e volto a referir mostrou a sua ignorância sobre os quarenta anos do poder autárquico.

Em Oliveira do Hospital sou um pequeno industrial e um pequeno comerciante. Tenho uma loja de venda ao público. Sempre que posso falo com as pessoas que frequentam o nosso comércio.

O Comércio em Oliveira do Hospital é um comércio vivo e somos visitados por muitas pessoas dos Concelhos limítrofes.

Temos pessoas que prestam um atendimento personalizado e que atraem clientes.

Sr. Eng.º Rafael, compreendo-o porque o Senhor não vive cá e é por isso que fala aqui sobre determinadas coisas.

O Senhor desconhece o movimento que houve em Oliveira do Hospital na semana do Natal e a quantidade de pessoas de fora que circulavam pela cidade.

O Senhor referiu aqui a empresa que está inserida nas melhores cinquenta do Distrito de Coimbra que é a Quinta de Jugais mas se calhar o Senhor nem conhece o estabelecimento que eles têm. O Senhor enferma desse defeito. Não vive cá e vem aqui de passagem e não conhece as coisas.

Atrevo-me a fazer-lhe a seguinte pergunta: O Senhor sabe onde é que foi a Festa de Natal dos Idosos que se encontram nas Instituições do nosso Concelho?

Foi mais uma festa que a Câmara Municipal patrocinou. Fez um convívio e teve alguma animação.

Pergunto-lhe se sabe onde é que está instalada a Tenda de Natal?

O Senhor vai voltar a falar de festas, festinhas, festanças e festarolas.

Sr. Presidente da Câmara, continue. Eu penso que o Senhor vai ser o Presidente da Câmara no próximo Natal, e não tenho dúvidas sobre isso. As coisas irão ser resolvidas e faço-lhe já aqui um pedido: No próximo Natal quero que as ruas da cidade tenham, todas, animação musical para que haja alegria.

Só podemos ter uma cidade viva se tivermos produtos que atraiam as pessoas.

Perguntem aos proprietários dos alojamentos locais qual é a taxa de ocupação e depois não vêm dizer as mesmas coisas que efetivamente vêm dizer.

Continuação de bom trabalho.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção em defesa da honra:

“Muito obrigado, Sr. Presidente da Mesa, por me dar este direito de defesa da honra que, por sinal, não foi dado ao Sr. Deputado Luciano na última Assembleia, exatamente porque não foi posta em causa com qualquer tipo de questão contra a honra. Ao contrário do que foi dito eu não fiz nenhuma acusação. Foram apenas questões políticas.

Agora também é na questão política que me vou centrar.

O que eu esperaria do Sr. Luciano nesta sua vinda, aqui, era em primeiro lugar um pedido de desculpas por tudo aquilo que proferiu a última Assembleia

Municipal, nomeadamente quando faz referência ao Ex-Presidente da Concelhia do PSD. Podia enumerar outras citações que fez.

Eu estava esperançado de que vira aqui fazer um pedido de desculpas mas enganei-me.

Não me vou demorar muito, até porque isto não acrescenta nada à política local mas quero dizer-lhe que pelo facto de não viver cá não é motivo para ser um ignorante e para que não conheça o meu Concelho. Não vivo cá porque trabalho e venho aos fins de semana. Faço a minha vida fora porque me vi obrigado mas gostava de ter apoio vindo de outras partes que me permitisse fazer a minha vida cá. Não me arrependo por estar fora, nem é isso que me rebaixa e que impede de vir aqui dar a minha visão do Concelho. Já ouvi o Sr. Presidente dizer nesta Assembleia que quem vem de fora até traz uma visão diferente quando foi nomeado o Presidente da EPTOLIVA.

A sua prepotência de que o Senhor é que conhece o Concelho porque vive cá, na minha opinião, não faz sentido.”

De seguida entrou-se no Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da alínea p), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital e a EDP Distribuição - Energia, S.A.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto II é referente a uma proposta de adenda ao protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital e a EDP com a finalidade da diminuição de custos em termos energéticos no nosso Concelho.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto II - Apreciação e votação, nos termos da alínea p), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de protocolo entre o Município de Oliveira do Hospital e a EDP Distribuição - Energia, S.A, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto III - Apreciação e votação da proposta de minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Ponto III é referente a um contrato de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros com a Comunidade Intermunicipal porque estas competências já não são do IMTT e são das Câmaras Municipais.

Deliberámos delegar estas competências na Comunidade Intermunicipal e iremos transferir as verbas, que acabámos de receber, que são de cerca de doze mil euros que o IMTT nos deu, para a Comunidade Intermunicipal depois do protocolo estar aprovado.

A Comunidade Intermunicipal fará uma gestão integrada de todas as carreiras públicas do Distrito.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto III - Apreciação e votação da proposta de minuta do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transportes de Passageiros, nos termos da alínea k), do nº 1, do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IV - Apreciação e votação, da proposta de 1ª Alteração por adaptação à 1ª revisão do PDM de Oliveira do Hospital.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco tempo aprovámos aqui o PDM depois de dezasseis anos com um PDM antigo. Este novo PDM também trouxe alguns problemas e estamos a resolvê-los e por isso lançamos agora a primeira revisão.

Pedimos apoio técnico à CCDRC e ainda hoje recebemos um ofício a dizer o seguinte: “... disponibilizando-nos desde já para prestar todos os esclarecimentos necessários ao acompanhamento do respectivo procedimento. Neste sentido, no decurso da alteração pretendida, poderá essa Câmara Municipal solicitar o acompanhamento que entenda necessário, designadamente a emissão de pareceres ou a realização de reuniões com esta CCDRC, ou a presença em reuniões com entidades representativas de interesses que devam ser ponderados no âmbito da alteração pretendida.”

O PDM não é aquilo que o Presidente da Câmara quer. O PDM tem 5% da nossa visão do território e terá 95% das diferentes Comissões. Como por exemplo da Reserva Ecológica, da Reserva Agrícola e de outras entidades.

Temo-nos deparado com uma série de problemas com o nosso PDM porque não permite algumas construções.

Para não ficarmos outros dezasseis anos à espera de outro PDM lançámos a abertura da primeira revisão para ver se conseguimos resolver algumas situações.”

Não havendo intervenções, foi colocada a votação o Ponto IV - Apreciação e votação, da proposta de 1ª Alteração por adaptação à 1ª revisão do PDM de Oliveira do Hospital, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2016/2019 e 2ª Revisão ao Orçamento para o ano 2016.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Esta Assembleia foi feita hoje devido a esta revisão. Esta revisão é a primeira vez que acontece desde que eu estou no Executivo desta Câmara Municipal. A razão desta revisão é a seguinte: Nós lançámos em dois mil e dezasseis todas as obras do PEDU e por isso vamos fazer aqui um acerto relativamente aos valores do final do ano.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VI - Apreciação e votação, nos termos da alínea a), n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da 2ª Revisão das Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2016/2019 e 2ª Revisão ao Orçamento para o ano 2016, que foi aprovado por maioria com duas abstenções.

De seguida entrou-se no Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos

próprios para o ano de 2017, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Todos os anos tem vindo aqui esta proposta de isenções para que a Assembleia Municipal autorize o Presidente a fixar isenções totais ou parciais até ao valor de cinquenta mil euros.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VII - Apreciação e votação, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 16º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da proposta genérica de concessão de isenções totais e ou parciais relativamente a tributos próprios para o ano de 2017, nos termos já fixados nos artigos 8º e 9º do Regulamento da Tabela de Taxas Municipais em vigor, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), para o ano de 2017.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“A Câmara Municipal, há dois anos para cá, tem vindo a trabalhar com aquilo a que nós chamamos de conta caucionada. O primeiro ano foi de quinhentos mil euros e utilizámo-la uma ou duas vezes.

O ano passado fizemos uma conta caucionada de trezentos e cinquenta mil euros que nunca foi utilizada.

Esta conta caucionada é uma forma de empréstimo.

Este ano vamos realizar muitas obras, são as obras que estão contempladas no pacto e no PEDU, e esta conta é para servir de segurança. Eu penso que esta conta não será utilizada.

Estão na vossa posse os documentos referentes a este empréstimo e, certamente, já verificaram que as contas caucionadas têm juros mais baixos do que um empréstimo normal e têm menos taxas.

Quem ganhou esta proposta de empréstimo foi o BPI com uma taxa de 0,55% e isento de qualquer despesa de movimentação.

Esta proposta demonstra a solidez financeira desta Câmara.

Não sei se repararam mas já decorria esta Assembleia e eu entretanto já assinava as autorizações de pagamento, referentes ao dia vinte e sete e vinte e oito, para pagar aos nossos fornecedores e para tentar transitar o ano sem qualquer tipo de dívida. Isto não quer dizer que não possam entrar em janeiro algumas faturas com a data de trinta de dezembro e que serão alocadas a este ano. Posso dizer-vos que ao terminarmos este ano não teremos despesa para pagar que seja superior a dez mil euros e isso é um sinal claro de uma gestão racional, eficiente e capaz.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto VIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea f), nº 1, do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de autorização de contratação de empréstimo a curto prazo, em modalidade de conta corrente, até ao montante de 250.000,00 € (duzentos e cinquenta mil euros), para o ano de 2017, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por António Manuel Garcia Simões, na Regularização da Atividade Pecuária, no âmbito da aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto IX - Apreciação e votação, nos termos da alínea k), do nº 2, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do Reconhecimento do Interesse Público Municipal, requerido por António Manuel Garcia Simões, na Regularização da Atividade Pecuária, no âmbito da aplicação do Regime Excecional de Regularização das Atividades Económicas (RERAE), Publicado pelo Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto X - Apreciação e votação da proposta de emissão de parecer favorável relativo à criação de um novo sistema

multimunicipal por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Eu nunca critiquei o Governo anterior quando achava que estava a fazer bem. O Ministro do Governo do PSD, Jorge Moreira da Silva, deu um bom contributo para resolver alguns problemas relacionados com o tarifário da água e do saneamento.

Agora, este Governo dividiu o sistema das águas de Lisboa e Vale do Tejo em três empresas. Nós ficaremos ligados a esta nova empresa e por isso temos que dar parecer para a criação deste novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo.

Na documentação que vos foi distribuída está o valor do capital social de Oliveira do Hospital. Se repararem nós somos dos Municípios que tem um dos maiores capitais.

Esta proposta do Ponto X é para aprovarmos a aderência a este novo sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento.

Sem querer criticar o Sr. Ministro anterior mas eu acho que este Governo também está a trabalhar bem até porque o anterior sistema era muito grande. Este Governo consultou os Municípios e conseguiu consensualizar posições.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto X - Apreciação e votação da proposta de emissão de parecer favorável relativo à criação de um novo sistema multimunicipal por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento de Lisboa e Vale do Tejo, que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face às despesas da realização da 14ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros).

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este subsídio tem a ver com o apoio diferenciado à Feira do Porco e do Enchido. Considero que é uma feira relevante para a actividade económica do Concelho e por isso foi-lhe atribuído um subsídio de sete mil euros.

Quero dar os parabéns ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Meruge porque esta Feira do Porco e do Enchido continua a ser um sucesso e considero que é o segundo evento mais relevante do Concelho.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Há pouco agradei à Câmara Municipal, na pessoa do Sr. Presidente, todo o apoio logístico que foi prestado para a realização da 14ª Feira do Porco e do Enchido e não referi o apoio financeiro porque pretendia fazê-lo agora. Por isso, Sr. Presidente, quero agradecer o apoio financeiro para a realização da Feira do Porco e do Enchido, apesar de ter um corte.

Já disse ao Sr. Presidente que a maneira de colmatar este corte é utilizando uma parte da verba dos dez mil euros que foram distribuídos por todas as Freguesias porque não quero baixar o nível a que chegou a Feira do Porco e do Enchido. Vou lutar para que o evento da Feira do Porco e do Enchido se mantenha e vou continuar a projectar esta feira porque este evento é reconhecido por muita gente. É um evento importante para a Freguesia, para o Concelho e para toda a região.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XI - Apreciação e votação, nos termos da alínea j) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de atribuição de um subsídio à Freguesia de Meruge, para fazer face às despesas da realização da 14ª edição da Feira do Porco e do Enchido, no montante de 7.000,00 € (sete mil euros), que foi aprovado por unanimidade.

De seguida entrou-se no Ponto XII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2017/2020 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2017, e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2017 que, nos termos do artigo 5º do

Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e do nº 4, do artigo 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de orçamento.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar no Ponto do Orçamento quero dizer o seguinte ao Eng.º Rafael: Não quero meter-me consigo, porque eu sou um homem de paz, mas eu estava à espera, de acordo com a sua coerência, que o Senhor tivesse votado contra o subsídio para a Junta de Freguesia de Meruge até porque o subsídio é para apoiar uma festa, é a festa da Feira do Porco e do Enchido. Isso é que era coerência e coragem mas nós já vimos que não teve essa coragem. Nós percebemos! Só é contra as festas que a Câmara faz porque estar contra as festas que se fazem nas Freguesias cai mal para quando lá for pedir os Votos!

Este Orçamento tem muito que se lhe diga. Este Orçamento é o maior Orçamento na história de Oliveira do Hospital, é um Orçamento de vinte e oito milhões, cento e sessenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e oito euros. Acho que com este valor fica tudo dito!

Para se apresentar este Orçamento foi preciso muito trabalho e muita capacidade de negociação. Neste Orçamento estão contempladas verbas para o PEDU da cidade de Oliveira do Hospital, estão contempladas verbas para o pacto da Comunidade Intermunicipal, estão contempladas verbas para as candidaturas das obras do saneamento e das ETAR's, está contemplada a verba para a candidatura das obras da Zona Industrial.

Este Orçamento marcará a história de Oliveira do Hospital! Não é por ser grande que este Orçamento é excelente. Este Orçamento é excelente porque perspetiva as diferentes áreas municipais com investimentos elevados que nos levarão para um melhor Concelho e que melhorará a qualidade de vida das suas gentes.

É a primeira vez que se vai fazer uma regeneração urbana e requalificação de toda a Zona Histórica da cidade de Oliveira do Hospital. Vocês ouviram-na prometer a muita gente mas nunca foram capazes de arranjar verbas. Este Executivo arranjou essas verbas e nós vamos realizar a obra.

Também serão importantes as obras na Bobadela e em Lourosa. São importantes também as obras na rede de água e saneamento porque irá fechar-se um ciclo. Serão efetuadas obras no Parceiro, Alentejo e Covão. Na área do saneamento vamos acabar com as fossas em todos os pequenos agregados populacionais, que são doze, como por exemplo o saneamento em Vale Torto.

Este Orçamento é excelente porque serve as pessoas e tornará a área ambiental mais agradável.

Este Orçamento lança uma nova Zona Industrial, é o resultado de um trabalho fantástico de uma candidatura que o Dr. Francisco Rodrigues tem trabalhado e estamos convencidos que vamos conseguir esse dinheiro. Se conseguirmos aprovar esta candidatura ela também se deve muito ao Dr. Francisco Rodrigues porque fez um trabalho fantástico em pouco tempo.

Ainda temos muito trabalho para fazer até ao dia dezassete de janeiro porque temos que apresentar todos os projetos.

Neste Orçamento há verbas significativas na área da Educação: Nós já pagávamos uma parte dos livros para os alunos carenciados do Primeiro Ciclo mas fizemos um complemento e vamos pagar todos os livros, a todos os alunos, desde o primeiro ao quarto ano.

Na área da Educação iremos fazer a primeira sala de aula do futuro no Centro Escolar de Nogueira do Cravo. Depois essa experiência piloto ela será alargada para todos os Agrupamentos. Dotaremos todas as Escolas do Primeiro Ciclo e Jardins de Infância com todas as condições na área da informática (internet e computadores).

Neste Orçamento também estão verbas para a modernização da sede do Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital. Temos uma parceria com o Ministério da Educação e pensamos gastar cerca de um milhão e duzentos mil euros. Esta obra também marcará os destinos de Oliveira do Hospital porque vai criar melhores condições para os nossos alunos. Esta obra é um trabalho que está a ser feito em parceria com o Agrupamento de Escolas de Oliveira do Hospital e com o seu Diretor, o qual queremos saudar pelo excelente trabalho que ele e a sua equipa estão a realizar. É bom trabalharmos em parceria, e não trabalharmos isoladamente, é bom e é importante construir em conjunto.

Também é importante continuarmos com a descentralização das competências nas Freguesias atribuindo-lhes verbas. É importante não voltarmos ao tempo “do chapéu na mão”, do antigamente, o que nos envergonhava a todos.

Vai haver também um conjunto de obras nas Freguesas, que não foram contempladas neste orçamento, em nome do que eu chamo coesão territorial do Concelho. Há um conjunto de verbas que virão a esta Assembleia Municipal para obras que são necessárias ao equilíbrio do Concelho, que as Juntas de Freguesia farão, mas que serão subsidiadas.

Quero terminar a minha intervenção, o que vou dizer não é nenhuma provocação ao Sr. Vereador do PSD, Eng.º João Brito: O Sr. Vereador do PSD absteve-se nesta votação do Orçamento mas eu diria que qualquer Oliveirense terá orgulho neste Orçamento porque ele é, de longe, o melhor Orçamento de sempre. Diria, mesmo, que o verdadeiro Oliveirense que ama a sua terra se revê neste Orçamento.”

Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Deputado, António Raúl Dinis Costa, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de entrar neste Ponto do Orçamento queria fazer uma referência e destacar que ao nível do desempenho financeiro o Município de Oliveira do Hospital ocupa o honroso terceiro lugar.

Na minha opinião só não é o primeiro porque há dois Concelhos que têm pouca população e que recebem receitas dos parques eólicos.

É de realçar que o Município de Oliveira do Hospital, em termos de desempenho financeiro, está em o terceiro lugar.

Não tenho dúvidas em dizer que este é o melhor Orçamento que este Município já teve. Houve muitos esforços na captação de verbas e isso permite apresentar este Orçamento e permite concretizar as obras que vão ser feitas.

Este Orçamento tem equilíbrio e verifica-se que houve um grande trabalho na distribuição das verbas entre a Ação Social, Educação Cultura e Desporto e em todas as várias vertentes e isso também é de louvar.

Relativamente à parte das obras físicas temos aqui, para além do PEDU, que já foi referido pelo Sr. Presidente, uma série de obras que vão ser executadas, nomeadamente a beneficiação do antigo quartel dos Bombeiros Voluntários de Lagares da Beira e eu digo isto com particular satisfação porque há mais de quinze anos que reivindicamos esta obra, aqui, nesta Câmara Municipal. É com particular satisfação que vejo que a obra já foi iniciada e vai ser concretizada neste ano de dois mil e dezassete. Isto dá-me uma satisfação muito particular.

Também já foi aqui referido que neste Orçamento estão contempladas obras que irão acabar com a existência das fossas sépticas. Também se farão obras na rede de abastecimento de água e deste modo praticamente todo o Concelho ficará com abastecimento de água de rede. O abastecimento de água de rede é das coisas fundamentais e básicas que já deviam estar feitas há muito tempo, nomeadamente devia ter sido feito no “tempo das vacas gordas”. Estas

obras são feitas neste momento face ao mérito desta Câmara na captação de fundos.

Neste Orçamento está a obra de adaptação, ampliação, conservação e reparação do Estádio Municipal, o Projeto Casa Digna, o Programa de Apoio à Família - Incentivo à Natalidade, Remodelação da Unidade de Saúde de Ervedal da Beira, Extensão de Saúde de Avô, Requalificação da Avenida Nova em Ervedal da Beira, Requalificação da Rua dos Combatentes da Grande Guerra, em Seixo da Beira.

Os Transportes Escolares têm uma verba de quatrocentos e cinquenta mil euros; A Ação Social Escolar tem uma verba de quatrocentos e sessenta mil euros; O Programa “Click Educar” tem uma verba de setenta mil euros; Substituição das redes de abastecimento de água, saneamento e águas pluviais em Gavinhos de Baixo e Vendas de Gavinhos tem uma verba de cento e sessenta mil euros; Apoio à aquisição de terrenos, construção, beneficiação e apetrechamento de Casas Mortuária e Cemitério tem uma verba de duzentos mil euros; Execução, reparação e beneficiação de arruamentos, pontes, aquedutos, muros e obras complementares nas vias municipais tem uma verba de duzentos mil euros; Abertura e conservação de caminhos e estradões florestais tem uma verba de cento e trinta mil euros.

A Descentralização das verbas para as Freguesias tem aqui uma verba de setecentos e cinquenta mil euros e ainda tem a possibilidade de atingir um milhão de euros, tal como o Sr. Presidente da Câmara falou.

Verificamos que há aqui um equilíbrio entre o que vai ser feito em Oliveira do Hospital e também nas restantes Freguesias.

Acho que o Concelho vai crescer uniformemente e vão realizar-se obras que já são reivindicadas há muito tempo e por isso continuo a pensar que este é o melhor Orçamento de sempre nesta Câmara Municipal.

Desejo ao Sr. Presidente e a todo o Executivo muita sorte na execução deste Orçamento até porque os Oliveirenses merecem e os Senhores estão a contribuir para que eles sejam mais felizes.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos, Sr. Dr. António Manuel Nunes Soares, que fez a seguinte intervenção:

“Depois de ter analisado as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes para o quadriénio dois mil e dezassete a dois mil e vinte e o Orçamento da Receita e da

Despesa para o ano de dois mil e dezassete, quero dizer-lhe que é um Plano e um orçamento muito ambiciosos, mas acredito ser possível a sua execução.

Destaco, para mim, aquelas que me parecem ser as principais linhas de força deste Orçamento: Descentralização; Cultura, desporto, juventude e tempos livres; Educação e formação profissional; família, solidariedade e ação social; Comunicações e transportes, rede viária e sinalização; Saneamento e abastecimento de água; Apoio às instituições do Concelho; Investimento público.

Fico contente por ver priorizadas estas Opções e constatar que o Orçamento lhes dá o devido enfoque para a sua realização.

Sr. Presidente, deixe-me que aqui confesse que fico muito feliz por ver contemplado para a minha freguesia o subsistema de águas residuais de Negrelos, ver referida a implementação de Hortas Sociais em Travanca de Lagos, referido o apoio para requalificação do Lar Sarah Beirão, o apoio à IPSS. Esse apoio poderá permitir a abertura do Centro de Dia e Apoio Domiciliário assim como melhorar a saúde em termos de acesso a cuidados médicos e de enfermagem, de proximidade.

O lar de Travanca de Lagos (que foi o primeiro do concelho) teve que fechar por erros do passado porque quando havia fundos comunitários disponíveis para o efeito não foram devidamente aproveitados.

Quero acreditar que não será esquecido o alcatroamento do Caminho do Chão do Soito, o arranjo do caminho que liga Travanca a Negrelos, a beneficiação dos estradões florestais, o arranjo do Caminho do Vale de Moirela, em Andorinha, o abastecimento de água da rede pública à localidade de Adarnela (Travanca e Lagares) e ainda a limpeza do Açude a montante da Ponte do Rio Cobral (ligação Travanca - Lagares), e ainda um maior apoio aos pastores porque são eles os primeiros obreiros do queijo Serra da Estrela, nomeadamente, no que toca à colocação de pontos de energia elétrica junto às suas explorações. Sei Sr. Presidente, que me poderá responder que tal só é possível, desde que os ovis estejam devidamente legalizados. É verdade, mas temos que trabalhar para que isso aconteça.

Sr. Presidente, da análise que faço deste orçamento, elogio a ambição e a coragem que nele estão plasmadas não deixando de referir que gostaria de ver nele uma maior preocupação ambiental. Relembro que (consulte-se a atividade financeira da Câmara apresentada no ponto I) o grau de execução na defesa do Meio Ambiente foi apenas de 0,19%, o objetivo menos conseguido. Mas também sei que as preocupações com o ambiente estão diluídas por outras

rubricas. Contudo, parece-me que deverá haver uma maior preocupação nesta área.

Irei votar favoravelmente este Orçamento porque me parece abranger as áreas fundamentais da vida dos oliveirenses e porque me parecem bem delineadas e definidas as opções políticas.

Este Orçamento encerra, em si, um projeto. A construção deste projeto tem a ver com uma conceção do hoje como o hoje futuro, o hoje amanhã, o hoje esperança e não o hoje tempo parado, o hoje imediato, o hoje sempre ontem.

Miguel Torga diz-nos isso muito bem, num belo poema:

“Eis-nos aqui, sentados à lareira

Do desespero.

O borralho ideal vai-se apagando,

Enquanto o vento da realidade

Sopra lá fora.

É esta a nossa hora

De Amor

Ou de traição?

Porque fechamos todas as portas

Do coração,

Encolhidos de frio e de terror?

Se o temporal entrasse,

Talvez a labareda se ateasse

E nos desse calor...”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Meruge, Sr. Aníbal José Abrantes Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho dizer o que já foi aqui dito. Este é um Orçamento bastante ambicioso e penso que vai um grande ano para Oliveira do Hospital.

Também não podia deixar de aprovar este Orçamento porque tem aqui obras que já há vários anos venho a reivindicar e gostava de ver concretizadas na minha Freguesia.

Vou votar favoravelmente este Orçamento.

Desejo a todos um bom ano de dois mil e dezassete.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Eng.º Rafael Sousa Costa, que fez a seguinte intervenção:

“O PSD vai-se abster na votação deste Orçamento apesar de vermos com bons olhos a inclusão neste Orçamento de várias obras nomeadamente a requalificação da Av. Dr. Carlos Campos e a intervenção no Parque dos Marmelos. São obras importantes e estruturantes que também temos vindo a reivindicar em sede de Assembleia Municipal.

Achamos que se poderia ir mais além noutros âmbitos como por exemplo poderíamos incluir neste Orçamento a descida de um ponto percentual na taxa do IMI. No nosso entender deveria ser dada uma maior prioridade na área social.

Relativamente ao IMI poderia haver uma descida, pelo menos de um ponto percentual, à semelhança do que muitas autarquias vão fazer para o próximo ano. Para ser mais preciso, um terço das autarquias vai baixar o IMI para o próximo ano, algumas delas mesmo para o limite mínimo que é de 0,3%.

Não podemos votar a favor este Orçamento tendo em conta estes dois factos.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Como Oliveirense não posso ficar insensível com este Orçamento. Como O Sr. Presidente disse, está aqui um grande trabalho. Só com trabalho e audácia é que é possível apresentar um Orçamento destes.

Gostaria que Oliveira do Hospital voltasse a ser aquilo que já foi noutros tempos. Já fomos o terceiro melhor Concelho do Distrito de Coimbra.

Lamento e tenho pena que os Deputados do PSD não tivessem a coragem de votar favoravelmente este Orçamento.

Oliveira do Hospital depois da conclusão destas obras não vai ser a mesma e vai ficar totalmente diferente.

Deixo aqui um apelo ao Sr. Presidente da Câmara: Oliveira do Hospital precisa de um parque de estacionamento na zona central da cidade. Há aqui uns terrenos junto à Câmara Municipal que penso que dariam um bom parque de estacionamento.

Penso que por esquecimento está a faltar neste Orçamento a obra de água e saneamento em Gavinhos de Cima.

Aproveitando estar aqui a Comunicação Social gostaria que o Sr. Presidente da Câmara nos esclarecesse sobre o que foi referido pelo Sr. Vereador João Brito durante uma reunião de Câmara e que diz respeito a um autocarro que não está em condições de fazer transportes.

Os privados também não são insensíveis ao desenvolvimento da nossa cidade e quero falar aqui do Grupo Irmão Gonçalves que no passado dia dezanove inaugurou em Oliveira do Hospital uma Residência Sénior que nos dignifica e que fica bem em qualquer cidade deste País. Este Grupo já adquiriu os terrenos da antiga Iral onde sei que vai fazer obras a curto prazo. A empresa Quinta de Jugais vai aumentar um novo pavilhão. A empresa Marbeira é também uma empresa de referência quer na sua faturação quer nos seus postos de trabalho.

Sr. Presidente da Câmara Municipal, Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca da e Lagos, hoje ouvi o testemunho de uma Senhora da Adarnela que dizia que a obra da Ponte do rio Cobral era uma obra muito bem feita. É com orgulho que ouço estas palavras e isto mostra que as pessoas estão atentas e querem o bem das suas terras, o bem da nossa cidade o bem do nosso Concelho, o bem das nossas gentes.

Por tudo isto vou votar favoravelmente este Orçamento.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo, Sr. Luís Filipe Nina Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Este Orçamento deixa-me muito orgulhoso até porque vejo contempladas obras há muito ansiadas pela população da minha Freguesia de Nogueira do Cravo.

É um Orçamento muito ambicioso demonstra bem o que o Sr. Presidente e o seu Executivo sentem pelo Concelho. A responsabilidade o gosto e o amor pelas nossas terras está vertido neste Orçamento.

Na minha a Freguesia será requalificada a estrada que liga o Senhor das Almas a Nogueira do Cravo; Serão realizadas obras na ETAR de Galizes e de Vilela, o que me deixa com muita esperança para que futuramente, e com a requalificação da Estrada Nacional 17, a zona ente as Vendas de Galizes e a reta da Salinha tenha também rede de saneamento. Nesta zona residem centenas de pessoas que não se sentem cidadãos da Freguesia porque não têm estas infraestruturas tal como os outros cidadãos da Freguesia.

Nunca nenhum Executivo Municipal investiu tanto na Freguesia de Nogueira do Cravo.

Temos excelente qualidade de vida na Freguesia de Nogueira do Cravo e as obras mais importantes estão a ser feitas. Estas obras já tinham sido prometidas muitas vezes, durante muitos anos, e agora estão a ser uma

realidade. O Sr. Presidente da Câmara Municipal tem sido um homem de palavra: O que diz, cumpre.

As verbas atribuídas às Freguesias através dos protocolos de transferência de competências permitem às Freguesias muita autonomia. Temos feito inúmeras obras de restauro nas estradas e caminhos sempre com o apoio técnico dos engenheiros do Município.

A obra do Cemitério de Nogueira do Cravo está quase a terminar, é uma obra da responsabilidade da Junta de Freguesia mas se não fossem as verbas atribuídas pela Câmara Municipal a Junta de Freguesia não teria possibilidade financeira para a executar esta obra.

Temos que reconhecer que este Executivo tem feito um bom trabalho. As pessoas sentem que têm todo o apoio por parte do Sr. Presidente e do seu Executivo.

Vou votar favoravelmente este Orçamento.

Resta-me desejar um bom ano novo para todos e para os vossos familiares com muita saúde, muita paz, muito amor, muita amizade.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira, Sr. Eng.º Carlos Artur Simões Esteves Maia, que fez a seguinte intervenção:

“Antes de falar das rubricas do Orçamento quero referir que é uma grande satisfação, enquanto Presidente da Junta da União das Freguesias de Ervedal da Beira e Vila Franca da Beira e enquanto Munícipe deste Concelho, ver o quadro, que foi apresentado a todos, onde estão os valores das dívidas da Câmara Municipal: Em dois mil e dois estão aqui dois empréstimos que são residuais e que não são empréstimos da responsabilidade deste Executivo; Em dois mil e sete temos um empréstimo de cinco milhões.

Há muita gente aqui dentro que se lembra, e eu lembro-me perfeitamente, que há uns tempos atrás éramos confrontados com mapas idênticos a este mas que o mapa dos empréstimos era um mapa muito grande. Este Executivo Municipal teve a capacidade, a inteligência e o saber, fazendo uma gestão em “tempo de vacas magras”, não é no “tempo das vacas gordas”, em que havia muito dinheiro, para equilibrar a gestão Municipal. Este Executivo tem feito uma gestão muito rigorosa não deixando que as expectativas que iam sendo criadas pelas populações e pelos Presidentes de Junta ficassem sem resposta. Não se pôde dar resposta a algumas dessas expectativas porque efetivamente os meios financeiros não permitiam isso.

Fruto desse grande trabalho que tem sido feito por este Executivo hoje estamos numa situação em que “podemos” respirar um bocadinho de alívio relativamente à questão da dívida financeira da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital. Esta dívida está perfeitamente controlada.

Isto permite dizer que este Executivo Municipal tem folga para poder reivindicar. Ainda há pouco o Sr. Presidente referiu que negociou um empréstimo com uma taxa de 0,55%. Isto não é por acaso! Isto acontece porque a nossa situação financeira é boa porque senão a taxa seguramente que não seria de 0,55% e seria outra bem diferente.

Temos que reconhecer, e a própria oposição também tem que reconhecer, que tem sido feito um grande trabalho a nível do equilíbrio financeiro da Câmara Municipal, contrariamente a alguns, que muitas vezes andam por aí a dizer que a Câmara faz festas e festarolas e ainda falam da dívida do Município. Eu acho que o Município nunca teve uma dívida tão baixa como agora! Era bom que essas pessoas sejam sérias, sejam honestas, e saibam reconhecer este bom trabalho do Executivo. Na política tem de haver ética.

Quanto à questão do Orçamento: Quando nos põem à frente um Orçamento deste tipo, quando olhei para as verbas das diferentes rubricas, não tive dúvidas e, vou dar um conselho à oposição, é pena que hoje não está cá o Dr. Luís Lagos, e vou dizer-vos muito sinceramente e muito honestamente o seguinte: Se eu fosse de alguns desses dois partidos, eu nem votada contra, nem me abstinha, eu votava, pura e simplesmente, a favor.

Quando eu fui oposição nesta Assembleia Municipal, e se me tivessem posto à frente um Orçamento deste tipo, eu ia seguramente sentir-me mal comigo mesmo se votasse contra um Orçamento deste tipo.

Nunca me foi posto à frente, uma situação financeira como esta que está aqui, nem nunca me foi posto à frente um Orçamento anual como este. Nunca!

Neste Orçamento estão a resolver-se muitos problemas, nomeadamente na área do ambiente, na área das vias de comunicação, e também em muitas outras áreas que já deviam estar resolvidos há muito tempo, quando havia muito dinheiro e quando o dinheiro abundava por aí. O que era preciso era trabalhar! O que era preciso era saber fazer candidaturas! O que era preciso era lutar! O que era preciso era sair destas paredes e ir à procura do dinheiro!

Este Presidente da Câmara Municipal foi à procura do dinheiro. É por isso, é devido a esse grande esforço e a esse grande trabalho, que, hoje, nos apresentam um Orçamento deste tipo.

Já foi dito que este Orçamento vai mudar Oliveira do Hospital. Que ninguém tenha dúvidas!

Há aqui investimentos que já deviam ter sido feitos há muito tempo e só agora é que vão ser feitos. Vão ser feitos por este Executivo.

Este Orçamento reflete coesão Municipal e coesão nas Freguesias e isso é um facto muito importante.

Obviamente que voto a favor deste Orçamento.”

De seguida, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Alvôco das Várzeas, Sr. Agostinho de Jesus Marques, que fez a seguinte intervenção:

“Este é o maior Orçamento que foi feito nesta Câmara Municipal. Este Orçamento tem obras muito importantes para todo o Concelho.

Neste Plano e Orçamento estão inscritas algumas obras que muitas pessoas diziam que eram impensáveis e que o Sr. Presidente não conseguiria realizar. Como se costuma dizer, este Plano e Orçamento é uma “bofetada de luva branca” para quem não acreditava.

Na minha Freguesia de Alvôco das Várzeas não fiz todas as obras que gostava de ter feito, não tivemos o dinheiro que eu gostava de ter tido, mas tenho que lhe dizer que não estou descontente. Tenho que dizer que o Sr. Presidente foi generoso connosco e com todas as Freguesias.

Sr. Presidente, temos que realçar todo o seu trabalho e o valor que tem tido para com a gestão do Concelho.

Este Executivo ficará sempre ligado ao bom desempenho das Juntas de Freguesia porque com a realização dos protocolos permitiu-nos decidir e executar obras que eram do anseio das populações.

Neste Orçamento está contemplada uma verba para a realização de uma estrada que há muitos anos era solicitada e que os habitantes da minha Freguesia diziam que nenhum Presidente teria capacidade para fazer aquela infraestrutura.

Quero também aqui fazer referência a um pedido que já tem vários anos, e que foi uma promessa das Águas do Zêzere e Côa: É a obra de água e saneamento do Braçal.

Desejo também um bom ano para todos e desejo que sejam atingidos todos os objetivos a que se proponham.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de São Gião, Sr. Luciano Marques Correia, que fez a seguinte intervenção:

“Venho aqui para dar os parabéns ao Sr. Presidente da Câmara e ao seu Executivo pelo Orçamento hoje aqui apresentado.

Acho que é um Orçamento feito com muito rigor e com alguma justiça. Este Orçamento abrange quase todo o Concelho e por isso vou votar favoravelmente este Orçamento.”

Seguidamente, foi dada a palavra ao Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Seixo da Beira, Sr. Carlos Alberto Batista Costa Borges, que fez a seguinte intervenção:

“ Este Orçamento que hoje é aqui apresentado é um Orçamento muito ambicioso.

Neste Orçamento está contemplada uma verba para a requalificação do edifício sede do Grupo Desportivo Vasco da Gama de Seixo da Beira.

Em meu nome e em nome de todos os sócios do Vasco da Gama Quero agradecer ao S. Vereador Nuno Ribeiro pelo empenho que tem tido com a requalificação do edifício sede do Grupo Desportivo Vasco da Gama.

Vou votar favoravelmente este Orçamento.

Desejo também um grande ano de dois mil e dezassete para todos e para todas as vossas famílias.”

De seguida, foi dada a palavra à Presidente da Junta de Freguesia de Lagares da Beira, Sra. Dra. Olga Maria Filipe Bandeira, que fez a seguinte intervenção:

“Este Orçamento é realmente ambicioso.

Vou votar favoravelmente não só porque contempla várias rubricas ligadas às pessoas e à ação social mas também aos bens materiais.

Neste Orçamento está contemplada uma verba para a beneficiação do antigo Quartel do Bombeiros de Lagares da Beira. Esta obra já era pedida há bastante tempo.

Desejo também a todos vós um feliz ano novo e desejo que concretizem aquilo que realmente pretendem e que atinjam os vossos objetivos.

Não posso terminar a minha intervenção sem vos ler um provérbio Australiano: “*Uma pequena nuvem não pode esconder muitas estrelas*”.

Sr. Presidente da Câmara, não tenha problema porque as nuvens pequenas não incomodam ninguém!”

De seguida, tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa, Dr. António José Rodrigues Gonçalves, para fazer a seguinte intervenção:

“Com noventa por cento dos Membros da Assembleia a elogiarem, e bem, este Orçamento, penso que o Sr. Presidente da Câmara responderá a um ou dois por cento de vozes dissonantes.”

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“Para a elaboração deste Plano e Orçamento foram chamadas, e foram ouvidas, todas as forças políticas. Foi chamado o CDS, foi chamado o Partido Comunista, foi chamado o PSD e foi chamado o PS. Foram feitas reuniões com todos.

Na minha opinião o Concelho deve ser uma construção coletiva. Se a oposição trazer algumas ideias, desde que sejam boas e que se possam encaixar, para nós, não há problema nenhum porque ninguém é dono da razão e todos juntos somos poucos em termos de atitude crítica. Algumas ideias foram recolhidas e estão aqui plasmadas.

Se me perguntarem se é possível realizar este Orçamento na sua totalidade no ano de dois mil e dezassete eu terei que vos dizer que possivelmente haverá algumas obras que não serão completamente realizadas. Temos como exemplo uma obra que é um desafio extraordinário para o futuro e que não foi aqui falada: A nova Casa da Cultura de Oliveira do Hospital. Esta obra é projetar o futuro para mais vinte e cinco anos. Tal como César de Oliveira foi capaz de fazer há vinte cinco anos atrás.

Temos que acreditar e temos que fazer um grande esforço para termos uma boa taxa de execução deste Orçamento.

Por exemplo: Já fizemos a abertura do concurso público para a nova Casa da Cultura de Oliveira do Hospital e fomos obrigados a anulá-lo porque contratei uma empresa para fazer uma revisão ao projeto. Nesta revisão as alterações foram substanciais. Esta obra precisa de visto do Tribunal de contas porque o seu valor é superior a trezentos e cinquenta mil euros.

A requalificação da Casa da Cultura e do Colégio Brás Garcia de Mascarenhas é uma obra que custará cerca de um milhão, trezentos e cinquenta mil de euros. Esta obra vai ser comparticipada pelo Quadro Comunitário em 85%.

Como disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Travanca de Lagos isto não é governar para o presente se estivéssemos a governar para o presente teríamos ficado com aquela Casa da Cultura, mas nós somos ambiciosos e pensamos de outra maneira e conseguimos o dinheiro. Conseguimos o dinheiro para a Bobadela. Conseguimos o dinheiro para Lourosa. Estamos a conseguir o dinheiro para as ETAR's. Há aqui um grande trabalho!

Conseguimos uma grande verba do Quadro Comunitário para a Região Centro para a realização das obras do PEDU.

Quando eu digo que temos que fazer um grande esforço não é para inaugurarmos a nova Casa da Cultura no dia sete de outubro até porque há algumas obras que se poderão arrastar para dois mil e dezoito.

A requalificação e beneficiação da rua Dr. Virgílio Ferreira é uma obra que está no PEDU e o processo para a abertura do concurso irá já à próxima reunião de Câmara Municipal.

A obra da Zona Histórica tem que ser pensada de maneira diferente. Não devemos ter pressa para fazermos toda a obra em dois mil e dezassete na sua totalidade. Devemos envolver os agentes da área do urbanismo de Oliveira do Hospital e proporcionar esta possibilidade de colaboração dos diferentes gabinetes de arquitetura e engenharia e temos que criar uma consultadoria com experiência porque eu acho que vamos reverter a centralidade de Oliveira do Hospital.

Há muitas obras que devem ser discutidas com a sociedade civil e não podem ser somente as ideias do Sr. Presidente da Câmara e do seu Executivo. Temos que ouvir os Srs. Presidente de Junta, os Srs. Empresários e os diversos parceiros.

Já começam a aparecer as requalificações da Zona Histórica como por exemplo as obras aqui ao lado no café Portugal. Aquela obra foi referida pelo partido da oposição como que se o Presidente tivesse que fazer as obras que são da iniciativa privada. Não deixei de fazer o meu trabalho dizendo que se fosse preciso a Câmara executava a obra e depois faria uma penhora sobre o edifício. Devido a essa posição do Presidente do Município resolveram-se uma série de coisas, e ainda se vão resolver mais. Esta Zona Histórica vai ter uma potencialidade enorme.

Oliveira do Hospital tem duas coisas que diria que não são boas: As crianças de Oliveira do Hospital não têm uma sala para a catequese. Os párocos gostavam de ter um espaço para ter condições para as crianças para que estas

não estejam na igreja no frio. Estou disponível para os ajudar a concretizar essa obra.

Outra obra que vou fazer brevemente são os novos balneários do Estádio Municipal de Oliveira do Hospital. O clube de Oliveira do Hospital que tem uma história de setenta anos e não tem uma sala para as reuniões dos diretores.

O terreno do Estádio Municipal é nosso, temos que fazer uns balneários novos para que aquelas crianças tenham todas as condições. No piso de cima ficará uma sede social para o clube e ainda um bar para que as pessoas se possam encontrar e onde os Sócios possam discutir e também onde possam construir um clube mais forte. O Eng.º Rafael vai dizer que o dinheiro é mal gasto porque isto é para o desporto.

Também tenho que lhe dizer, Eng.º Rafael, que há pouco fez mal as contas até porque na cultura estão integradas uma data de obras, nomeadamente a obra de Lourosa, com um valor de duzentos e noventa mil euros, as obras na Bobadela que têm quinhentos e quinze mil euros. Estas obras são referentes à parte cultural.

Tenho que lhe dizer que o Senhor estudou mal os dossiers. Isto não é para implicar consigo.

O Quartel dos Bombeiros Voluntários que têm um valor de duzentos e dez mil euros também são obras da rubrica da cultura.

A sede do Vasco da Gama, como já disse o Sr. Presidente da Junta de Freguesia, é um edifício histórico que foi construído com muito esforço por um conjunto de pessoas da Freguesia. Hoje as comunidades não têm hipótese para fazerem uma obra como esta. Esta obra está sinalizada no Orçamento, também admito de os cento e cinquenta mil euros não são suficientes e que a obra poderá custar duzentos mil euros. Vamos fazer esta obra porque achamos que aquela coletividade e aquela sede tem que ser defendida. A sede do Vasco da Gama é o resultado do esforço de muitas pessoas. Já houve linhas de financiamento para fazer estas obras mas a sede do Vasco da Gama não foi contemplada. Já fizemos o Teatro do Ervedal. A liga de Melhoramentos de Travanca de Lagos, A liga no Chão Sobral. Fomos nós que trouxemos para o Concelho estes financiamentos mas como este tipo de financiamento fechou nós temos que ir a jogo.

Temos ainda mais: Temos um conjunto de apoios nas atividades desportivas e vamos requalificar aquela zona junto à Central de Camionagem. O Sr. Luciano Figueiredo já aqui falou e bem, nós temos que arranjar

alternativas para o estacionamento em Oliveira do Hospital e temos que ter políticas bem direcionadas.

Iremos também projetar um Pavilhão Multiúso que complemente o Pavilhão Municipal. Esta é uma grande lacuna que tem a cidade de Oliveira do Hospital.

Como o dinheiro não chega para tudo temos que fazer as coisas de acordo com as prioridades.

Também quero dizer que na Ação Social nunca faltou dinheiro para resolver qualquer problema do Concelho. Na Ação Social já gastámos mais de um milhão de euros.

Na área da Ação Social há dois projetos que me dão um gozo especial: É o Programa Municipal de Incentivo à Natalidade e é o Projeto Casa Digna.

Sabe quantas crianças já foram apoiadas neste Programa Municipal de Incentivo à Natalidade, até este momento?

A trinta de dezembro eram duzentas e dezoito crianças. Alguns diziam que não gastávamos nada e que gastávamos meia dúzia de tostões.

Sabe quanto é que gastámos, até agora, com o Programa Municipal de Incentivo à Natalidade?

Gastámos trezentos e vinte e oito mil oitocentos e cinco euros e dois cêntimos.

O Eng.º Rafael, aqui, pede abaixamento de impostos e depois pede aumento de despesa!

O Eng.º Rafael enganou-se. Quando se referiu ao IMI, se calhar, estava a falar do IRS. O Senhor pediu para se baixar 1%, mas o que pediu era impossível porque está legislado qual é o valor mínimo e qual é o valor máximo.

Aqui há um conceito novo: Alguns pensam que resolver os problemas sociais é pegar no dinheiro e atirá-lo para cima dos problemas.

Meus caros amigos, os problemas sociais não se resolvem só com dinheiro porque isso vicia as pessoas. Os problemas sociais resolvem-se com subsídios de emergência e arranjando trabalho, que é o que nós temos feito, e também se resolvem ensinando as pessoas a criar riqueza. Isso, nós temos feito muito bem.

Mesmo quando atribuímos subsídios depois as pessoas são obrigadas a vir trabalhar.

As propostas que o Eng.º Rafael aqui apresentou não foram feitas pelo Presidente da Comissão Política do PSD quando fizemos a reunião para receber propostas para o Orçamento das diferentes forças políticas.

Para mim é indiferente que se abstenha ou que vote contra. O que me interessa é o que a maioria dos Deputados desta Assembleia pensa e o que o povo pensa.

O povo, os nossos fornecedores e os empresários sabem que honramos sempre a nossa palavra nos compromissos financeiros. Vamos fechar o ano praticamente sem dívidas porque fazemos uma grande gestão financeira. Sobre gestão financeira ninguém me ensina nada.

Temos apresentado as nossas opções mas nunca deixámos de ter um clima democrático e por isso também ouvimos os outros e aceitamos as diferentes propostas.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XII - Apreciação e votação, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano, constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos e Atividades mais Relevantes, para o quadriénio 2017/2020 e o Orçamento da Receita e da Despesa para 2017, e a Proposta de Regime de Vinculação, Carreiras e Remunerações e o Mapa de Pessoal ao serviço na Câmara Municipal para 2017 que, nos termos do artigo 5º do Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e do nº 4, do artigo 29º do anexo à Lei nº 35/2014, de 20 de junho, acompanham a proposta de orçamento, que foi aprovado por maioria com uma abstenção.

Em seguida foi dada a palavra ao Sr. Deputado José Ferreira da Cruz Loureiro, que fez a seguinte declaração de voto:

“Votei favoravelmente este Orçamento porque me revejo nele. Este é o Orçamento do Executivo e é o Orçamento de todos os Oliveirenses. Todos vamos ganhar com este Orçamento. Mesmo aqueles que não votaram favoravelmente vão ser beneficiados com este Orçamento.”

De seguida entrou-se no Ponto XIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do nº 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direção intermédia de 3º grau.

Depois, foi dada a palavra ao Presidente da Câmara Municipal, Sr. Prof. José Carlos Alexandrino Mendes, que fez a seguinte intervenção:

“O Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano vai ter uma autoridade de gestão que deve ser independente. A autoridade de gestão é que vai apreciar os projectos e vai também aprovar e administrar as candidaturas dos projectos privados.

Numa reunião com os membros da Comunidade Intermunicipal de Coimbra ficou decidido que nós ficaríamos com a autoridade de gestão.

A autoridade de gestão vai receber uma verba de cerca de trezentos mil euros e tem que ser constituída com pessoal do quadro da Câmara Municipal que depois ficará em segregação de funções.

Tem que haver segregação de funções porque este pessoal do quadro tem que ter independência.

Quem ficará a coordenar esta autoridade de gestão será o Dr. Francisco Rodrigues porque dentro da Câmara Municipal é o homem que mais domina os assuntos relacionado com o Quadro Comunitário. Haverá também alguns técnicos da Câmara Municipal que irão fazer parte desta equipa da autoridade de gestão.

O que trago aqui é precisamente a remuneração que vai ter o Coordenador desta autoridade de gestão e por isso é que apresento esta proposta de modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3º grau.”

Depois, foi dada a palavra ao Sr. Deputado Luciano Ribeiro Dinis Figueiredo, que fez a seguinte intervenção:

“Sobre este Ponto XIII o Sr. Presidente já nos informou e acho que tem o nosso aval para tratar do assunto da melhor maneira.

Quero desejar-vos um ano de dois mil e dezassete com muita saúde.”

Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação o Ponto XIII - Apreciação e votação, nos termos da alínea m) do n.º 1 do art. 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da proposta de modelo de organização interna, estrutura nuclear dos serviços municipais e disposições relativas a cargos de direcção intermédia de 3º grau., que foi aprovado por unanimidade.

De seguida procedeu-se à votação da presente Ata em minuta que foi aprovada por unanimidade.

Não havendo mais nenhuma intervenção, sendo dezanove horas e quinze minutos, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos Membros da Mesa e por mim

Primeiro Secretário, que a subscrevi.

(Presidente)

(Primeiro Secretário)

(Segundo Secretário)
